



**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM/PA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0601001/2026/PMO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO DE ESTUDO:
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES EM
GERAL BEM COMO MOBILIÁRIOS E ELETRÔNICOS
COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA
ESPECIAL EMENDA Nº 202543560002

FEVEREIRO DE 2026, OURÉM/PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo Nº 0601001/2026/PMTO

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 19 de fevereiro de 2026 a 26 de fevereiro de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES EM GERAL BEM COMO MOBILIÁRIOS E ELETRÔNICOS COM RECURSOS ORIUNDOS DA TRANSFERÊNCIA ESPECIAL EMENDA Nº 202543560002, para atendimento das demandas da SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OURÉM/PA

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Municipal nº 2007, 22 de dezembro de 2023 e respectivo Decreto Municipal nº 02, de janeiro de 2024, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e alterações posteriores.

Este documento busca centralizar e justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão. Ao longo deste estudo será abordado pontos pertinentes à tramitação e vantajosidade.

Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

Fica definida como órgão gerenciador da contratação a **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMTRAS**, considerando que é a unidade administrativa demandante, responsável pela gestão das despesas, acompanhamento da execução contratual e fiscalização do objeto adquirido.

Compete à SEMTRAS o gerenciamento administrativo da contratação, inclusive quanto à solicitação de fornecimento, atesto de recebimento, controle de quantitativos e acompanhamento da aplicação dos recursos oriundos da Transferência Especial – Emenda nº 202543560002.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A condução do procedimento licitatório, incluindo a instrução processual, elaboração do edital, realização do certame e formalização contratual, ficará sob responsabilidade desta Coordenadoria competente de Contratações do Município, nos termos da estrutura administrativa vigente.

3. DA DISPENSA DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

A presente contratação não será precedida de procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), considerando as características específicas da demanda e a natureza do recurso que a viabiliza.

A aquisição decorre de Transferência Especial – Emenda nº 202543560002, cujos recursos possuem destinação vinculada e finalidade previamente definida, sendo direcionados exclusivamente à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Ourém/PA. Trata-se de demanda delimitada, com quantitativos previamente estabelecidos e voltada ao atendimento específico das necessidades estruturais da unidade administrativa beneficiária.

O Sistema de Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, revela-se mais adequado em hipóteses de contratações frequentes, demandas estimadas ou compartilhadas entre múltiplos órgãos. No caso concreto, a contratação possui escopo definido, não apresenta caráter continuado e não se destina a atender outros órgãos da Administração.

Ademais, conforme dispõe o art. 86, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o art. 9º, §2º, do Decreto Federal nº 11.462/2023, o procedimento público de Intenção de Registro de Preços poderá ser dispensado quando o órgão gerenciador for o único contratante, situação que se aplica integralmente ao presente processo.

Assim, considerando a especificidade da demanda, a vinculação orçamentária do recurso e a inexistência de interesse de outros órgãos na futura ata, a Administração opta, de forma motivada, pela não realização de IRP, adotando o procedimento licitatório mais adequado à realidade da contratação, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

4. ORIGEM DOS ITENS PARA ESTE PROCESSO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Os itens que compõem a presente contratação têm origem no Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 202543560002, formalizado pelo Município de Ourém/PA, destinado ao fortalecimento da rede socioassistencial municipal, conforme documento oficial da proposta.

De acordo com o Plano de Trabalho, a proposta contempla a aquisição de itens de material permanente e equipamentos destinados às unidades CRAS I – Padre Angelo Moretti, CRAS II – Arraial do Caeté Maria Socorro Bezerra Farias e CREAS – Maria Lúcia Serra de Souza, integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Conforme tabela constante no item “VI – Metas a serem alcançadas” do Plano, os itens previstos são:

- Aparelho de ar condicionado;
- Batedeira de bolo;
- Bebedouro de coluna;
- Cadeira executiva com rodinhas;
- Caixa acústica;
- Computador;
- Fogão;
- Freezer horizontal;
- Freezer vertical;
- Armário de aço 2 portas com chave;
- Geladeira;
- HD externo;
- Jogo de mesa com cadeiras;
- Liquidificador;
- Mesa para escritório;
- Notebook;
- Projetor multimídia;
- Tela de projeção;
- Estabilizador;
- Nobreak



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

O Plano de Trabalho estabelece que tais aquisições visam modernizar, ampliar e estruturar adequadamente os espaços físicos e operacionais dos equipamentos públicos da Assistência Social, garantindo melhores condições de trabalho às equipes técnicas e aprimoramento do atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais

Consta ainda que todos os itens integram o rol autorizado pela Portaria SNAS/MDS nº 47, de 25 de abril de 2025, estando classificados como despesa de capital no elemento 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

Dessa forma, a presente licitação decorre diretamente da execução do Plano de Trabalho aprovado, observando a vinculação do recurso e a finalidade estabelecida na Transferência Especial.

O Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 202543560002, que fundamenta a origem e a destinação dos itens ora licitados, integra a instrução do presente Estudo Técnico Preliminar e seguirá anexo a este documento, para fins de comprovação da vinculação dos recursos, da finalidade da contratação e da conformidade com o planejamento previamente aprovado pelo Município.

5. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

O Plano Anual de Contratações – PCA constitui instrumento de planejamento previsto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, destinado a consolidar as demandas ordinárias das unidades administrativas, promovendo o alinhamento entre as contratações e o planejamento estratégico do Município, além de assegurar maior previsibilidade e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

No caso da presente contratação, registra-se que o objeto não integra o Plano Anual de Contratações vigente, por se tratar de aquisição decorrente de recurso extraordinário e vinculado, oriundo da Transferência Especial – Emenda nº 202543560002, cuja disponibilização ocorreu de forma superveniente ao planejamento ordinário das contratações municipais.

Trata-se de demanda específica, vinculada a finalidade previamente definida no Plano de Trabalho da emenda, não se confundindo com as contratações corriqueiras e continuadas da



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Administração. Assim, sua execução decorre da necessidade de aplicação de recurso com destinação legal própria, não prevista no rol regular de aquisições programadas no PCA.

A ausência de previsão no Plano Anual de Contratações não compromete a regularidade do procedimento, uma vez que a Lei nº 14.133/2021 admite adequações decorrentes de fatos supervenientes e da captação de recursos extraordinários, cabendo à Administração promover a compatibilização orçamentária e formalização adequada na fase preparatória.

Dessa forma, a presente contratação justifica-se por sua natureza excepcional e vinculada, mantendo-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência e interesse público.

6. DA JUSTIFICATIVA, NECESSIDADE E MOTIVAÇÃO DAS AQUISIÇÕES

A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais permanentes, mobiliários e equipamentos eletrônicos destinados à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Ourém/PA, com recursos oriundos da Transferência Especial nº 202543560002

Conforme previsto no Plano de Trabalho, os recursos estão vinculados à área finalística da Assistência Social e destinam-se ao fortalecimento estrutural dos equipamentos públicos integrantes da rede socioassistencial municipal, especialmente o CRAS Padre Ângelo Moretti, o CRAS Arraial do Caeté Maria Socorro Bezerra Farias e o CREAS Maria Lúcia Serra de Souza

Tais unidades são responsáveis pela execução de serviços tipificados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme a Política Nacional de Assistência Social e a Resolução CNAS nº 109/2009, atuando diretamente na proteção social básica e especial de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou violação de direitos.

A motivação da aquisição decorre da necessidade concreta de modernizar, estruturar e adequar os espaços físicos e operacionais dessas unidades, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades técnicas, administrativas e socioeducativas. Parte significativa dos bens atualmente utilizados encontra-se desgastada pelo uso contínuo, tecnologicamente defasada ou insuficiente para atender à demanda crescente dos serviços. Essa situação impacta diretamente a eficiência da gestão, a organização dos fluxos internos e, sobretudo, a qualidade do atendimento prestado à população usuária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social executa atividades que exigem ambientes organizados, climatizados, seguros e dotados de infraestrutura tecnológica compatível com as exigências contemporâneas de gestão pública. O atendimento às famílias envolve escutas qualificadas, registros sistemáticos em sistemas oficiais, elaboração de relatórios técnicos, acompanhamento familiar continuado, realização de reuniões, oficinas, capacitações e ações coletivas. Tais atividades demandam mobiliário ergonômico adequado, equipamentos de informática com desempenho compatível com os sistemas utilizados, estrutura de armazenamento segura, equipamentos audiovisuais para atividades coletivas e dispositivos de proteção elétrica que assegurem a integridade dos dados e dos equipamentos.

Além disso, os CRAS e o CREAS são portas de entrada e referência da política de Assistência Social no território. O ambiente físico em que se dá o atendimento influencia diretamente na percepção de acolhimento, dignidade e respeito aos usuários. Espaços inadequados, com mobiliário precário ou equipamentos obsoletos, comprometem não apenas a funcionalidade administrativa, mas também a humanização do atendimento, princípio estruturante da política socioassistencial.

A destinação dos itens será realizada conforme planejamento interno da Secretaria, observando as especificidades de cada unidade socioassistencial e suas demandas operacionais. Os equipamentos de climatização serão direcionados às salas de atendimento e convivência, assegurando conforto térmico e condições adequadas de permanência. Os equipamentos de informática e armazenamento digital serão utilizados para registro de atendimentos, alimentação de sistemas oficiais, organização de prontuários e elaboração de documentos técnicos. O mobiliário administrativo estruturará os postos de trabalho das equipes técnicas e administrativas, garantindo ergonomia, organização e segurança. Os equipamentos audiovisuais e de sonorização apoiarão atividades coletivas, oficinas, capacitações e reuniões comunitárias. Já os eletrodomésticos e utensílios de apoio contribuirão para a realização de ações socioeducativas e atividades de convivência promovidas pelas unidades.

Importa destacar que a aplicação dos recursos da Transferência Especial está classificada como despesa de capital, vinculada à aquisição de equipamentos e material permanente, o que reforça o caráter estruturante da contratação. Não se trata de despesa de manutenção ordinária, mas de investimento institucional voltado ao fortalecimento permanente da política pública municipal de Assistência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, a aquisição pretendida revela-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, contribuindo para o aprimoramento da gestão, o fortalecimento da rede socioassistencial e a melhoria efetiva da qualidade dos serviços ofertados à população do Município de Ourém/PA. Trata-se de medida que amplia a capacidade operacional da Secretaria, assegura melhores condições de trabalho às equipes técnicas e promove atendimento mais digno, eficiente e humanizado aos usuários do SUAS.

Grupo de Itens	Aplicação Técnica	Finalidade Institucional
Equipamentos de climatização (aparelhos de ar-condicionado)	Instalação em salas de atendimento, recepção e espaços de convivência	Garantir conforto térmico, ambiente adequado para escuta qualificada e permanência de usuários e servidores
Mobiliário administrativo (mesas, cadeiras executivas, armários)	Estruturação de postos de trabalho e organização documental	Assegurar ergonomia, organização interna e segurança no armazenamento de documentos e prontuários
Equipamentos de informática (computadores, notebooks, HD externo)	Uso pelas equipes técnicas e administrativas	Registro de atendimentos, alimentação do Prontuário SUAS, elaboração de relatórios técnicos e gestão de dados
Equipamentos de projeção e sonorização (projektor, tela, caixa acústica)	Utilização em reuniões, oficinas, palestras e capacitações	Apoiar atividades socioeducativas, ações comunitárias e formação continuada das equipes
Equipamentos de apoio elétrico (nobreak, estabilizador)	Proteção de estações de trabalho e equipamentos eletrônicos	Garantir estabilidade energética, proteção de dados e continuidade dos serviços
Eletrodomésticos e utensílios (geladeira, freezer, fogão, liquidificador, batedeira, bebedouro)	Apoio a atividades coletivas e funcionamento administrativo	Suporte às ações de convivência, oficinas e manutenção das atividades diárias das unidades
Mobiliário de convivência (jogo de mesa e cadeiras)	Ambientes internos e externos das unidades	Estruturar espaços de reunião, atividades grupais e integração comunitária

5.1. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO):

A problemática que fundamenta a presente contratação está diretamente relacionada à insuficiência estrutural e tecnológica atualmente verificada nos equipamentos públicos da rede socioassistencial do Município de Ourém/PA, notadamente nos CRAS e no CREAS vinculados à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

As unidades responsáveis pela execução da política pública de Assistência Social enfrentam limitações decorrentes do desgaste natural de mobiliários, da obsolescência de equipamentos eletrônicos e da insuficiência de estrutura adequada para atender à crescente demanda de usuários em situação de vulnerabilidade social. Essa realidade compromete a eficiência administrativa, a organização dos fluxos internos de trabalho e, sobretudo, a qualidade do atendimento prestado à população.

Sob a perspectiva do interesse público, a ausência de infraestrutura adequada impacta diretamente na efetividade da política socioassistencial. A realização de atendimentos técnicos, escutas qualificadas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

acompanhamento familiar, atividades coletivas, oficinas e reuniões exige ambientes organizados, climatizados e equipados com recursos tecnológicos compatíveis com as exigências atuais de gestão e registro de informações. A precariedade estrutural pode gerar atrasos, retrabalho, perda de produtividade e riscos à segurança das informações, afetando a continuidade e a qualidade dos serviços.

Além disso, o atendimento à população usuária da Assistência Social deve observar princípios como dignidade, acolhimento, acessibilidade e respeito à condição de vulnerabilidade. Ambientes inadequados, desconfortáveis ou desestruturados fragilizam a experiência do usuário e reduzem a capacidade institucional de oferecer proteção social com qualidade.

A problemática, portanto, não se limita à mera substituição de bens patrimoniais, mas envolve a necessidade de fortalecimento estrutural da política pública municipal de Assistência Social. Trata-se de superar um cenário de limitação operacional que compromete o desempenho institucional e restringe o alcance pleno dos serviços ofertados à comunidade.

Dessa forma, a contratação ora proposta busca solucionar um problema concreto de estrutura física e tecnológica, assegurando melhores condições de trabalho às equipes técnicas e garantindo atendimento mais eficiente, organizado e humanizado à população, em consonância com o interesse público e com os objetivos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

7. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS

A presente contratação possui natureza de fornecimento de bens permanentes, **SEM CARÁTER CONTINUADO**, tendo por objeto a aquisição de materiais permanentes, mobiliários e equipamentos eletrônicos destinados à estruturação dos equipamentos públicos da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social do Município de Ourém/PA.

Trata-se de contratação voltada à incorporação patrimonial de bens duráveis, classificados como despesa de capital, nos termos da classificação orçamentária indicada no Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 202543560002, vinculada ao elemento de despesa 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente.

A finalidade dos itens evidencia que não se trata de prestação de serviço continuado, tampouco de fornecimento com necessidade de reposição periódica ou execução sucessiva. Os bens a serem adquiridos destinam-se ao aparelhamento estrutural das unidades socioassistenciais, integrando o



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

patrimônio público municipal após a entrega definitiva, com vida útil prolongada e utilização estável no âmbito institucional.

Além disso, a contratação possui caráter pontual e específico, uma vez que decorre de recurso financeiro previamente definido e vinculado à Transferência Especial nº 202543560002

Não há previsão de fornecimentos futuros decorrentes do mesmo ajuste, tampouco variação quantitativa ou demanda contínua associada a este objeto. A aquisição será realizada em única etapa, conforme planejamento da Secretaria, limitada ao montante e às finalidades estabelecidas no plano de aplicação da emenda parlamentar.

Ressalte-se que a ausência de natureza continuada também se justifica pelo fato de que os bens permanentes não demandam reposição sistemática ou fornecimento sucessivo, mas apenas manutenção eventual ao longo de sua vida útil, o que não altera a caracterização da contratação como fornecimento isolado e de execução imediata.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação se configura como fornecimento de bens permanentes, de execução única e sem natureza continuada, voltado ao fortalecimento estrutural da política pública de Assistência Social no Município de Ourém/PA.

7.1. NATUREZA DO OBJETO – BENS COMUNS

Os materiais permanentes, mobiliários e equipamentos eletrônicos que compõem o objeto da presente contratação classificam-se como **BENS COMUNS**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e características técnicas podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais, padronizadas e amplamente disponíveis no mercado.

A natureza do objeto permite descrição clara, precisa e comparável entre os fornecedores, considerando critérios objetivos como capacidade técnica, potência, dimensões, desempenho, eficiência energética, voltagem, padrões de fabricação, materiais empregados, garantia mínima de fábrica, certificações exigidas por órgãos competentes (como INMETRO, quando aplicável), conformidade com normas técnicas da ABNT e demais requisitos regulatórios pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Os bens pretendidos são amplamente ofertados no mercado nacional por diversos fabricantes e fornecedores, inexistindo desenvolvimento sob medida, customização tecnológica exclusiva ou solução singular que os caracterize como bens especiais. Trata-se de equipamentos e mobiliários de produção padronizada, com ampla concorrência e disponibilidade comercial, cujas especificações podem ser definidas de forma objetiva e verificável.

A comparação entre propostas pode ser realizada com base em critérios objetivos de qualidade e preço, permitindo julgamento isonômico, competitivo e transparente, em consonância com o entendimento consolidado dos órgãos de controle quanto à caracterização de bens comuns quando suas especificações são padronizáveis e mensuráveis.

O objeto da contratação limita-se ao fornecimento dos bens conforme especificações previamente estabelecidas, não envolvendo prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nem execução continuada de serviços.

Dessa forma, a contratação pretendida encontra-se plenamente alinhada às disposições da Lei nº 14.133/2021 aplicáveis aos bens comuns, possibilitando a adoção de procedimento licitatório com critérios objetivos de julgamento e assegurando a observância dos princípios da legalidade, isonomia, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

8. ESTIMATIVA E DEFINIÇÃO DAS QUANTIDADES

A definição das quantidades dos itens que compõem o objeto da presente contratação foi realizada com base no Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 202543560002, considerando o planejamento interno da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social e as necessidades estruturais específicas dos equipamentos públicos beneficiados.

O quantitativo foi estabelecido de forma previamente delimitada e vinculada ao plano de aplicação aprovado, observando a capacidade operacional das unidades CRAS I – Padre Ângelo Moretti, CRAS II – Arraial do Caeté Maria Socorro Bezerra Farias e CREAS – Maria Lúcia Serra de Souza, bem como a natureza do recurso financeiro, classificado como despesa de capital.

A estimativa não decorre de consumo rotineiro ou demanda variável, mas de análise estrutural voltada ao aparelhamento físico e tecnológico das unidades socioassistenciais. Assim, os quantitativos foram dimensionados com base:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Quantidade de ambientes administrativos e salas de atendimento existentes;
- Necessidade de estruturação de postos de trabalho das equipes técnicas e administrativas;
- Implementação ou melhoria de espaços de convivência e atividades coletivas;
- Proteção elétrica adequada para equipamentos eletrônicos;
- Substituição ou complementação de bens inexistentes ou insuficientes.

Os quantitativos constantes no Plano de Trabalho representam meta física previamente definida, vinculada ao valor total disponibilizado pela Transferência Especial, não havendo previsão de acréscimo ou variação quantitativa futura no âmbito desta contratação.

Importa destacar que se trata de aquisição pontual, destinada ao fortalecimento estrutural das unidades do SUAS no Município de Ourém/PA, inexistindo caráter estimativo de consumo continuado ou necessidade de reposição periódica. A definição das quantidades buscou assegurar equilíbrio entre adequação estrutural, eficiência administrativa e observância do princípio da economicidade, evitando superdimensionamento ou aquisições desnecessárias.

Dessa forma, conclui-se que os quantitativos definidos se encontram tecnicamente justificados, são compatíveis com a finalidade institucional da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social e estão diretamente vinculados ao planejamento físico-financeiro da emenda parlamentar que originou os recursos.

A tabela abaixo demonstra o rol da Portaria SNAS/MDS nº 47, de 25 de abril de 2025, desta forma os itens escalados para esta licitação e respectivos quantitativos se encontram devidamente amparados e dentro dos limites postos

TABELA DE METAS PORTARIA SNAS/MDS Nº 47, DE 25 DE ABRIL DE 2025

Descrição da Meta	Unidade de Medida	Quantidade Prevista	Prazo para Execução (dias)
Aquisição de Aparelho de Ar Condicionado	Unidade	10	720
Aquisição de Batedeira de Bolo	Unidade	04	720
Aquisição de Bebedouro de Coluna	Unidade	05	720
Aquisição de Cadeira Executiva com Rodinhas	Unidade	10	720
Aquisição de Caixa Acústica	Unidade	05	720
Aquisição de Computador	Unidade	10	720
Aquisição de Fogão	Unidade	05	720
Aquisição de Freezer Horizontal	Unidade	05	720
Aquisição de Freezer Vertical	Unidade	05	720



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Aquisição de Armário de Aço (2 portas com chave)	Unidade	05	720
Aquisição de Geladeira	Unidade	05	720
Aquisição de HD Externo	Unidade	05	720
Aquisição de Jogo de Mesa + Cadeiras	Unidade	50	720
Aquisição de Liquidificador	Unidade	05	720
Aquisição de Mesa para Escritório	Unidade	05	720
Aquisição de Notebook	Unidade	05	720
Aquisição de Projetor Multimídia	Unidade	03	720
Aquisição de Tela de Projeção	Unidade	02	720
Aquisição de Estabilizador	Unidade	05	720
Aquisição de Nobreak	Unidade	10	720

TABELA DE QUANTIDADE SELECIONADA PARA ESTE PROCESSO:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO RESUMIDA	UND	QTD
1	Ar-condicionado Split 24.000 BTUs, 220V	UND	3
2	Ar-condicionado Split 18.000 BTUs, 220V	UND	3
3	Ar-condicionado Split 12.000 BTUs, 220V	UND	4
4	Batedeira planetária industrial (aprox. 5L)	UND	4
5	Bebedouro de coluna para galão 20L	UND	5
6	Cadeira executiva giratória com braços e rodízios	UND	10
7	Caixa acústica ativa profissional	UND	5
8	Computador desktop (i7, 16GB RAM, SSD 500GB)	UND	10
9	Fogão industrial 4 bocas com forno	UND	5
10	Freezer horizontal (aprox. 500L)	UND	5
11	Freezer vertical (aprox. 230L)	UND	5
12	Armário de aço 2 portas com chave	UND	5
13	Geladeira frost free (aprox. 480L)	UND	5
14	HD externo SSD 1TB	UND	5
15	Jogo de mesa plástica com cadeiras	UND	50
16	Liquidificador industrial 10L	UND	5
17	Mesa de escritório com 2 gavetas	UND	5
18	Notebook (i7, 16GB RAM, SSD 500GB)	UND	5
19	Projetor multimídia	UND	3
20	Tela de projeção retrátil 100" com tripé	UND	2
21	Estabilizador 2000 VA	UND	5
22	Nobreak 1000 VA	UND	10

Observação:

Registra-se que o item "Aparelho de Ar Condicionado", constante no rol permitido pela Portaria SNAS/MDS nº 47/2025, foi desmembrado nesta planilha em três subitens distintos, diferenciados por



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

capacidade térmica (12.000 BTUs, 18.000 BTUs e 24.000 BTUs), exclusivamente para fins de adequação técnica da descrição e melhor dimensionamento da necessidade das unidades socioassistenciais.

Tal detalhamento não altera a natureza do objeto nem extrapola os parâmetros previstos na referida Portaria, tratando-se apenas de ajuste descritivo necessário, considerando que os ambientes físicos das unidades (salas administrativas, recepção, espaços de atendimento e convivência) possuem metragens distintas, demandando equipamentos com capacidades compatíveis para garantir eficiência energética, conforto térmico e desempenho adequado.

Dessa forma, o desmembramento visa assegurar maior precisão técnica na contratação, preservando a compatibilidade com a normativa vigente e atendendo às necessidades reais da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

6. COMPOSIÇÕES DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO

6.1.ESPECIFICAÇÕES MINIMAS PARA OS ITENS SELECIONADOS PARA ESTA CONTRATAÇÃO:

As especificações abaixo estabelecem os requisitos mínimos de desempenho, qualidade e conformidade técnica que deverão ser observados pelos licitantes, admitindo-se características superiores, desde que mantida a compatibilidade com a finalidade institucional.

01 – AR-CONDICIONADO SPLIT CASSETE 24.000 BTUS

Aparelho tipo Split Cassete 4 vias, com capacidade de 24.000 BTUs/h, ciclo quente/frio, tecnologia inverter, alimentação 220V monofásica, com painel decorativo incluso, adequado para climatização de ambientes de médio e grande porte, garantindo eficiência energética e melhor distribuição do ar.

02 – AR-CONDICIONADO SPLIT CASSETE 18.000 BTUS

Aparelho tipo Split Cassete 4 vias, com capacidade de 18.000 BTUs/h, ciclo quente/frio, tecnologia inverter, alimentação 220V monofásica, com painel decorativo incluso, indicado para ambientes administrativos que demandam climatização uniforme e eficiente.

03 – AR-CONDICIONADO SPLIT CASSETE 12.000 BTUS



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Aparelho tipo Split Cassete 4 vias, com capacidade de 12.000 BTUs/h, ciclo quente/frio, tecnologia inverter, alimentação 220V monofásica, com painel decorativo incluso, adequado para salas de atendimento e setores administrativos.

04 – BATEDEIRA PLANETÁRIA

Batedeira planetária com potência entre 700W e 900W, mínimo de 12 velocidades, tigela com capacidade entre 4,5 e 5 litros, confeccionada em inox ou material equivalente, acompanhada de conjunto de batedores, indicada para preparo de alimentos em ambiente institucional.

05 – BEBEDOURO ELÉTRICO TIPO COLUNA

Bebedouro elétrico para garrafão de 20 litros, com fornecimento de água natural e gelada, sistema de refrigeração por compressor, bandeja removível, controle de temperatura, classificação energética e certificação do INMETRO, adequado para uso contínuo em ambiente público.

06 – CADEIRA DE ESCRITÓRIO GIRATÓRIA

Cadeira giratória com rodízios, sistema relax com regulagem de altura e inclinação, apoio de braços, base reforçada, revestimento em material sintético resistente, capacidade mínima aproximada de 140 kg, garantindo ergonomia e conforto para uso administrativo.

07 – CAIXA ACÚSTICA ATIVA

Caixa acústica ativa com woofer de 15 polegadas, potência aproximada de 700W RMS, entradas para microfone e áudio auxiliar, compatível com USB, indicada para sonorização de eventos institucionais, reuniões e apresentações.

08 – COMPUTADOR DESKTOP

Computador de mesa com processador mínimo Intel i7 (14ª geração) ou AMD Ryzen 7 equivalente, memória RAM mínima de 16GB, armazenamento SSD mínimo de 512GB, sistema operacional profissional, conectividade LAN, Wi-Fi, portas USB e HDMI, adequado para uso administrativo intensivo.

09 – FOGÃO INDUSTRIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Fogão industrial em aço carbono, com no mínimo 4 bocas, forno integrado, acendimento elétrico, funcionamento a gás, estrutura resistente para uso contínuo em ambiente institucional.

10 – FREEZER HORIZONTAL

Freezer horizontal com duas portas, capacidade aproximada de 534 litros, sistema de conservação eficiente, adequado para armazenamento de alimentos em ambiente institucional.

11 – FREEZER VERTICAL

Freezer vertical com capacidade mínima aproximada de 234 litros, controle externo de temperatura, prateleiras removíveis e porta reversível, indicado para armazenamento organizado de alimentos.

12 – ARMÁRIO DE AÇO COM CHAVE

Armário em aço com duas portas, quatro prateleiras internas, fechadura com chave e pés niveladores, indicado para armazenamento seguro de documentos e materiais administrativos.

13 – GELADEIRA DUPLEX

Geladeira duplex com capacidade mínima de 491 litros, tecnologia inverter, tensão 220V, acabamento em inox ou similar, adequada para uso institucional.

14 – HD EXTERNO

HD externo portátil com capacidade mínima de 1TB, interface USB 3.0 ou superior, compatível com sistemas Windows, Linux e MacOS, destinado a backup e armazenamento de dados.

15 – JOGO DE MESA COM 4 CADEIRAS

Conjunto composto por mesa e quatro cadeiras em polipropileno de alta resistência, adequado para áreas de convivência e apoio.

16 – LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Liquidificador industrial com capacidade mínima de 10 litros, copo em inox, motor de alta potência, indicado para uso contínuo em ambiente institucional.

17 – MESA PARA ESCRITÓRIO

Mesa reta para escritório, com dimensões compatíveis com padrão administrativo, estrutura resistente e acabamento adequado ao ambiente institucional.

18 – NOTEBOOK

Notebook com processador mínimo Intel i7 (10ª geração ou superior), memória RAM mínima de 16GB, armazenamento SSD mínimo de 500GB, tela mínima de 14 polegadas, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, sistema operacional compatível com uso administrativo.

19 – PROJETOR MULTIMÍDIA

Projektor multimídia com brilho mínimo de 3.000 lumens, resolução compatível com padrão Full HD ou superior, entradas HDMI e USB, indicado para apresentações, reuniões e treinamentos.

20 – TELA PARA PROJEÇÃO

Tela de projeção portátil de 100 polegadas, formato widescreen, com tripé, adequada para utilização em ambientes institucionais.

21 – ESTABILIZADOR

Estabilizador com capacidade mínima de 2000 VA, bivolt, com proteção contra sobrecarga e surtos elétricos.

22 – NOBREAK

Nobreak com capacidade mínima de 1000 VA, bivolt automático, autonomia compatível para desligamento seguro de equipamentos eletrônicos, protegendo contra quedas e oscilações de energia.

6.1.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SELEÇÃO DOS ITENS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A seleção dos itens que compõem o objeto da presente contratação foi realizada com base em análise técnica das necessidades estruturais e operacionais da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, considerando as demandas específicas dos equipamentos públicos integrantes da rede socioassistencial do Município de Ourém/PA.

Os bens selecionados estão diretamente vinculados ao fortalecimento físico e tecnológico das unidades do SUAS, notadamente os CRAS e o CREAS, responsáveis pela execução dos serviços de proteção social básica e especial. A escolha dos itens observou critérios de pertinência institucional, compatibilidade com a finalidade pública, adequação às atividades desenvolvidas e consonância com o Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 202543560002

A definição dos equipamentos não decorreu de escolha arbitrária ou discricionária desprovida de fundamentação técnica, mas sim de levantamento prévio das necessidades reais das unidades, considerando a estrutura física existente, o quantitativo de ambientes administrativos e salas de atendimento, a necessidade de modernização tecnológica e a adequação das condições de trabalho das equipes técnicas.

Além disso, os itens selecionados encontram-se em conformidade com o rol autorizado pela Portaria SNAS/MDS nº 47/2025, conforme indicado no Plano de Trabalho, assegurando compatibilidade com as diretrizes normativas que regulamentam a aplicação dos recursos da Transferência Especial.

A seleção também observou os princípios da economicidade, eficiência e razoabilidade, evitando aquisições supérfluas ou incompatíveis com a finalidade institucional. Os bens elencados possuem caráter estruturante e contribuem diretamente para a melhoria da ambiência, da organização administrativa, da segurança das informações e da qualidade do atendimento prestado à população.

Destaca-se, ainda, que os equipamentos de climatização foram especificados em capacidades distintas, em razão das diferentes metragens e características dos ambientes das unidades socioassistenciais, garantindo adequação técnica e eficiência energética, sem alteração da natureza do item previsto na Portaria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, conclui-se que a seleção dos itens se encontra tecnicamente justificada, juridicamente compatível com a normativa aplicável e alinhada ao interesse público, refletindo planejamento adequado e coerente com os objetivos da política municipal de Assistência Social.

6.2. GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS PERMANENTES

Considerando que o objeto da contratação consiste na aquisição de bens permanentes destinados ao uso contínuo nas unidades socioassistenciais do Município de Ourém/PA, revela-se relevante a análise da necessidade de previsão de garantia mínima de fábrica para os equipamentos a serem adquiridos.

A garantia contratual possui importante função preventiva e protetiva para a Administração Pública, pois assegura que eventuais vícios de fabricação, defeitos de funcionamento ou falhas técnicas sejam sanados pelo fornecedor ou fabricante, sem ônus adicional ao erário. Trata-se de mecanismo que contribui para a durabilidade dos bens, para a preservação do patrimônio público e para a continuidade dos serviços prestados.

No contexto da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, diversos equipamentos – especialmente os de informática, climatização e eletroeletrônicos – serão utilizados de forma contínua e intensiva, sendo essenciais para a execução das atividades administrativas e dos atendimentos à população. A existência de garantia adequada reduz riscos de paralisação de serviços, evita custos prematuros de manutenção corretiva e assegura maior previsibilidade na gestão patrimonial.

A definição específica dos prazos e condições de garantia será oportunamente disciplinada no Termo de Referência, observando critérios de razoabilidade, prática de mercado e compatibilidade com a natureza de cada item.

6.3. CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E CONFORMIDADE TÉCNICA

A certificação por órgãos competentes, especialmente pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, constitui importante instrumento de verificação da conformidade dos produtos com padrões técnicos e de segurança estabelecidos nacionalmente.

A observância de certificações técnicas contribui para assegurar que os equipamentos adquiridos atendam a requisitos mínimos de qualidade, desempenho e segurança elétrica ou estrutural, quando aplicável. No caso de eletrodomésticos, equipamentos elétricos e eletrônicos, a certificação adequada



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

representa medida relevante de proteção tanto aos usuários quanto ao patrimônio público, reduzindo riscos de acidentes, falhas técnicas e danos decorrentes de produtos fora dos padrões regulamentares.

Além do aspecto da segurança, a conformidade certificada reforça a transparência e a confiabilidade da contratação, uma vez que permite avaliação objetiva da adequação técnica dos bens ofertados pelos fornecedores.

A eventual exigência de certificação específica será analisada e formalizada no Termo de Referência, considerando a natureza de cada item e as normas técnicas vigentes.

6.4. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SELO PROCEL

A eficiência energética constitui aspecto relevante na aquisição de equipamentos elétricos e eletrônicos pela Administração Pública, especialmente quando se trata de bens de uso contínuo, como aparelhos de climatização, refrigeradores e demais eletrodomésticos.

O Selo PROCEL de Economia de Energia, concedido aos equipamentos com melhor desempenho energético em suas categorias, representa parâmetro reconhecido nacionalmente para identificação de produtos com menor consumo de energia elétrica. A adoção de equipamentos mais eficientes contribui diretamente para a redução de custos operacionais ao longo do tempo, promovendo economia aos cofres públicos e alinhamento às diretrizes de sustentabilidade.

Além do impacto financeiro, a escolha de bens com melhor eficiência energética demonstra compromisso institucional com práticas de gestão responsável e com a racionalização do consumo de recursos naturais.

A definição acerca da adoção de parâmetros mínimos de eficiência energética, incluindo eventual referência ao Selo PROCEL, será oportunamente estabelecida no Termo de Referência, de forma compatível com a legislação aplicável e com as características técnicas de cada item.

6.5. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A análise do ciclo de vida do objeto considera não apenas o custo inicial de aquisição dos bens permanentes, mas também os impactos econômicos, operacionais e patrimoniais ao longo de sua vida útil, abrangendo as fases de aquisição, utilização, manutenção e eventual descarte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No caso da presente contratação, os itens selecionados correspondem a equipamentos e mobiliários destinados à estruturação das unidades socioassistenciais do Município de Ourém/PA, com utilização contínua no desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social. Por essa razão, a avaliação do ciclo de vida revela-se relevante para assegurar que a escolha dos bens observe critérios de durabilidade, eficiência, qualidade e sustentabilidade.

Na fase de aquisição, a definição de especificações mínimas adequadas visa evitar a aquisição de produtos de baixa qualidade ou com desempenho inferior ao necessário, o que poderia gerar substituições prematuras e aumento do custo global da contratação. A seleção de equipamentos com padrão técnico compatível com o uso institucional contribui para maior longevidade e melhor desempenho operacional.

Durante a fase de utilização, os bens deverão atender às demandas das unidades do SUAS de forma contínua e estável, sendo empregados em atendimentos, registros administrativos, atividades coletivas e ações socioeducativas. A análise do ciclo de vida considera, portanto, a importância de equipamentos com eficiência energética adequada, resistência estrutural e desempenho compatível com uso frequente, reduzindo riscos de falhas e interrupções dos serviços.

No que se refere à manutenção, os equipamentos permanentes normalmente demandam apenas manutenções preventivas ou corretivas eventuais ao longo de sua vida útil. A existência de garantia de fábrica e a disponibilidade de assistência técnica autorizada contribuem para minimizar custos adicionais e assegurar a conservação do patrimônio público.

Por fim, na etapa de desmobilização ou descarte, os bens deverão observar as normas aplicáveis à gestão patrimonial e à destinação ambientalmente adequada, quando pertinente, especialmente no caso de equipamentos eletroeletrônicos. A consideração desse aspecto reforça o compromisso da Administração com a responsabilidade ambiental e a gestão eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, a análise do ciclo de vida demonstra que a contratação pretendida apresenta racionalidade econômica e adequação técnica, uma vez que os custos envolvidos não se limitam ao valor de aquisição, mas são avaliados sob a perspectiva da durabilidade, da eficiência operacional e da preservação do patrimônio público ao longo do tempo, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ETAPA DO CICLO DE VIDA	DESCRIÇÃO	IMPACTO PARA A ADMINISTRAÇÃO
PLANEJAMENTO E AQUISIÇÃO	Definição de especificações técnicas adequadas, compatíveis com uso institucional e padrões de qualidade de mercado	Evita aquisições inadequadas, reduz risco de substituição precoce e assegura melhor custo-benefício
INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL	Registro e integração dos bens ao patrimônio público municipal	Garante controle patrimonial, rastreabilidade e responsabilidade administrativa
UTILIZAÇÃO OPERACIONAL	Emprego contínuo dos equipamentos nas atividades administrativas e socioassistenciais	Assegura funcionamento regular dos serviços, eficiência no atendimento e melhoria da estrutura das unidades
MANUTENÇÃO E SUPORTE	Realização de manutenção preventiva ou corretiva eventual, com suporte de garantia de fábrica quando aplicável	Reduz custos inesperados, preserva a vida útil dos bens e evita paralisações
EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E CONSUMO	Operação contínua com consumo de energia compatível com padrões de eficiência	Diminui custos operacionais e promove sustentabilidade
DESMOBILIZAÇÃO/DESCARTE	Baixa patrimonial ao final da vida útil e destinação ambientalmente adequada quando aplicável	Assegura conformidade com normas patrimoniais e responsabilidade ambiental

6.6. RECOMENDAÇÕES QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS ITENS

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de bens permanentes destinados à estruturação das unidades socioassistenciais do Município de Ourém/PA, recomenda-se que a utilização dos itens observe critérios de organização administrativa, conservação patrimonial e finalidade pública.

Os equipamentos deverão ser instalados e utilizados exclusivamente nos ambientes institucionais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, de acordo com a necessidade operacional de cada unidade (CRAS e CREAS). A distribuição interna deverá observar a compatibilidade técnica entre o equipamento e o ambiente físico, especialmente no caso de aparelhos de climatização e equipamentos eletrônicos, garantindo desempenho adequado e segurança na operação.

Recomenda-se que os bens sejam incorporados ao patrimônio municipal mediante registro formal, com identificação patrimonial individualizada, assegurando controle, rastreabilidade e



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

responsabilização administrativa. Tal medida contribui para a adequada gestão dos ativos públicos e para a transparência na utilização dos recursos oriundos da Transferência Especial.

Quanto aos equipamentos eletrônicos e de informática, recomenda-se a adoção de boas práticas de uso, incluindo instalação em redes elétricas protegidas, utilização de estabilizadores ou nobreaks quando necessário, realização de atualizações de sistema e armazenamento adequado de dados institucionais. Essas medidas contribuem para ampliar a vida útil dos equipamentos e proteger informações sensíveis relacionadas aos atendimentos socioassistenciais.

No caso de mobiliários e eletrodomésticos, recomenda-se utilização compatível com a finalidade institucional, evitando sobrecarga, uso inadequado ou desvio de finalidade. A conservação preventiva, como limpeza regular e inspeção periódica, é medida que contribui para prolongar a durabilidade dos bens e reduzir custos futuros de manutenção.

Também se recomenda que a Secretaria estabeleça rotinas internas de acompanhamento do estado de conservação dos bens, possibilitando a identificação precoce de eventuais falhas ou necessidades de manutenção, assegurando a continuidade dos serviços prestados à população.

Por fim, destaca-se que os itens deverão ser utilizados estritamente para atendimento das finalidades da política pública de Assistência Social, em consonância com o Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 202543560002, garantindo que os recursos aplicados revertam efetivamente em melhoria da estrutura e da qualidade do atendimento à comunidade.

6.6.1. RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA USUÁRIA

Os departamentos e unidades socioassistenciais beneficiadas com os bens adquiridos serão responsáveis pela adequada utilização, conservação e guarda dos equipamentos permanentes incorporados ao patrimônio municipal.

Compete às coordenações dos CRAS e do CREAS, bem como aos setores administrativos vinculados à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, assegurar que os itens sejam utilizados exclusivamente para fins institucionais, em consonância com a finalidade pública que motivou a contratação e com o Plano de Trabalho da Transferência Especial nº 202543560002.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A responsabilidade dos departamentos usuários compreende, ainda, o dever de zelar pelo correto uso dos equipamentos, observando as orientações técnicas do fabricante, evitando sobrecarga, manuseio inadequado ou utilização fora das condições recomendadas. No caso de equipamentos eletrônicos e de informática, recomenda-se atenção especial à integridade dos sistemas, à proteção elétrica adequada e à preservação das informações institucionais.

Cabe também às unidades comunicar formalmente à Secretaria qualquer ocorrência relacionada a defeitos, falhas de funcionamento ou necessidade de manutenção, possibilitando a adoção tempestiva das providências cabíveis, inclusive acionamento de garantia quando aplicável.

Os responsáveis pelas unidades deverão colaborar com o setor de patrimônio quanto ao registro, identificação e controle dos bens, mantendo atualizado o controle interno de movimentação e localização dos equipamentos. Essa medida contribui para a transparência, a rastreabilidade e a adequada gestão dos ativos públicos.

Dessa forma, a correta atuação dos departamentos usuários constitui elemento essencial para assegurar a durabilidade dos bens, a continuidade dos serviços socioassistenciais e a efetividade da aplicação dos recursos públicos destinados ao fortalecimento estrutural da política de Assistência Social no Município de Ourém/PA.

6.7. LOGÍSTICA TERRITORIAL PARA ENTREGA DOS BENS – MUNICÍPIO DE OURÉM

A análise logística territorial para a entrega dos materiais permanentes, mobiliários e equipamentos eletrônicos considera as características geográficas e a infraestrutura de acesso do Município de Ourém/PA, integrante da Região Nordeste Paraense.

O município dispõe de acesso terrestre regular por rodovias estaduais e federais que interligam a sede municipal aos principais centros de distribuição regional. A malha viária que dá acesso à área urbana apresenta condições adequadas de trafegabilidade para veículos de transporte de carga, inclusive caminhões de médio porte utilizados para entrega de equipamentos e mobiliários.

A sede administrativa da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, bem como as unidades socioassistenciais beneficiadas (CRAS e CREAS), localizam-se em área urbana com vias acessíveis, permitindo carga e descarga de bens sem necessidade de operações logísticas especiais, travessias fluviais, balsas ou utilização de equipamentos diferenciados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Não se identificam limitações estruturais relevantes que possam dificultar o transporte, a descarga ou a acomodação dos itens. A logística de entrega poderá ser realizada por transporte rodoviário convencional, com previsibilidade de tempo e segurança operacional, não havendo peculiaridades territoriais que imponham custos adicionais extraordinários.

Considerando a natureza dos bens, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, climatização e mobiliário, recomenda-se que o transporte observe cuidados específicos quanto à integridade física dos produtos, especialmente no que se refere à proteção contra impactos, umidade e variações bruscas de temperatura, assegurando que os itens sejam entregues em perfeitas condições de uso.

Dessa forma, sob o ponto de vista territorial e logístico, o Município de Ourém apresenta condições plenamente favoráveis ao recebimento dos bens objeto da presente contratação, inexistindo impedimentos geográficos ou estruturais que comprometam a execução contratual.



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

- Ourém é um município do estado do Pará, na Região Norte do Brasil
- Coordenadas aproximadas: latitude -1.54 e longitude -47.11
- Situa-se a cerca de 40 m de altitude



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ele fica na porção nordeste do estado, próximo de cidades como Santa Luzia do Pará, Capitão Poço e São Miguel do Guamá, todas a menos de ~45 km de distância

O Município de Ourém localiza-se a aproximadamente 190 km da capital Belém, com tempo médio de deslocamento terrestre estimado entre 3 e 4 horas, variando conforme as condições de tráfego, rota utilizada e período do ano, sendo o acesso realizado predominantemente por rodovias estaduais e federais que interligam a região nordeste paraense à capital.

7. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A definição da modalidade de contratação foi realizada com base em análise técnica e comparativa das alternativas disponíveis, observando os princípios do planejamento, economicidade, eficiência, competitividade, padronização, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de bens permanentes, compreendendo mobiliário, equipamentos eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais, destinados ao atendimento das demandas administrativas e operacionais do Município de Ourém.

Tais bens caracterizam-se como bens comuns permanentes, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem especificações usuais de mercado, passíveis de descrição objetiva, com padrões de desempenho e qualidade amplamente disponíveis, permitindo comparação direta entre propostas e julgamento objetivo pelo critério de menor preço.

Os itens pretendidos são amplamente comercializados no mercado nacional e regional, sendo fornecidos por diversos fabricantes e distribuidores, não se tratando de objeto exclusivo, singular ou tecnicamente complexo que restrinja a competitividade.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas de solução:

Solução 01 – Contratação por meio de Dispensa de Licitação

Análise:

A contratação por dispensa de licitação não se mostra adequada à presente demanda, considerando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- o valor global estimado da contratação;
- a multiplicidade de itens;
- a diversidade de categorias de bens permanentes;
- a necessidade de planejamento integrado da aquisição;
- a vedação ao fracionamento indevido de despesa.

A aquisição fragmentada dos itens por meio de dispensas sucessivas poderia caracterizar fracionamento irregular, prática vedada pela legislação, além de comprometer os princípios do planejamento e da economicidade.

Ademais, a dispensa reduziria significativamente a competitividade, limitando a obtenção de propostas mais vantajosas e melhores condições comerciais para a Administração.

Dessa forma, a solução revela-se inadequada sob os aspectos legal, técnico e econômico.

Solução 02 – Realização de Licitação Própria na Modalidade Pregão Eletrônico

Análise:

A realização de procedimento licitatório próprio, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, apresenta-se como a alternativa mais adequada e vantajosa, considerando que o objeto consiste em bens comuns com especificações padronizáveis e julgamento objetivo.

Nos termos do art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade indicada para aquisição de bens comuns.

A adoção do Pregão Eletrônico possibilita:

- ampla participação de fornecedores de diferentes regiões;
- disputa por lances sucessivos, favorecendo redução de preços;
- maior transparência e rastreabilidade dos atos;
- julgamento objetivo pelo menor preço por item;
- maior competitividade e eficiência no resultado;
- padronização técnica dos bens a serem adquiridos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Além disso, o procedimento eletrônico amplia a competitividade, reduz custos administrativos e assegura maior isonomia entre os licitantes.

Considerando a natureza do objeto e o valor estimado da contratação, a realização de licitação própria mostra-se plenamente compatível com as necessidades institucionais da Administração.

Solução 03 – Adesão a Ata de Registro de Preços de Outros Órgãos

Análise:

A adesão a atas de registro de preços de outros órgãos é juridicamente possível, contudo, não se revela a alternativa mais vantajosa para a presente contratação.

Atas já registradas podem apresentar:

- especificações técnicas divergentes das necessidades locais;
- quantitativos incompatíveis com a demanda municipal;
- condições logísticas distintas da realidade territorial de Ourém;
- preços registrados que não reflitam o mercado regional atual;
- limitação de saldo disponível.

Considerando que os recursos são provenientes de transferência específica e que os itens foram definidos conforme necessidade institucional própria, a contratação por meio de ata de terceiros pode comprometer a aderência técnica e a eficiência da aquisição.

Assim, embora legalmente admissível, tal alternativa não se mostra a mais adequada sob a ótica do planejamento e da vantajosidade.

CONCLUSÃO DA ANÁLISE COMPARATIVA

Após avaliação técnica das alternativas, conclui-se que a realização de licitação própria, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, constitui a solução mais vantajosa para a Administração, por assegurar maior competitividade, transparência, economicidade e aderência às necessidades específicas do Município de Ourém, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

7.1. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Após análise técnica da natureza da demanda, conclui-se pela não adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente contratação.

O objeto consiste na aquisição de bens permanentes com quantitativos previamente definidos, certos e determinados, apurados com base em levantamento técnico e planejamento específico da Administração. Não se trata de demanda continuada ou de consumo variável ao longo do exercício, mas de aquisição pontual destinada à estruturação administrativa.

Os quantitativos não apresentam caráter flutuante, tampouco há necessidade de manutenção de saldo em ata para futuras aquisições. A contratação será realizada de forma integral, com entrega previamente estabelecida, não havendo previsão de parcelamentos sucessivos ou variações futuras.

Ademais, os recursos financeiros são provenientes de transferência específica, com finalidade delimitada e valor previamente fixado, o que reforça o caráter determinado da aquisição e afasta a necessidade de contratação sob regime de registro de preços.

Dessa forma, a adoção do SRP não se mostra tecnicamente justificada, sendo mais adequada a realização de contratação direta por meio de procedimento licitatório com aquisição imediata e quantitativos definidos, garantindo maior controle, previsibilidade orçamentária e aderência ao planejamento administrativo.

7.2. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência do contrato decorrente da presente contratação observará o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, aplicável aos contratos de fornecimento.

Por se tratar de aquisição de bens permanentes, com quantitativos previamente definidos e execução determinada, o contrato terá vigência compatível com o prazo necessário ao cumprimento das obrigações pactuadas, incluindo entrega, recebimento e eventuais ajustes decorrentes da execução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Não se aplica ao presente objeto regime de prorrogação sucessiva, sendo a vigência limitada ao período suficiente para a integral execução das condições originalmente contratadas, nos termos do instrumento convocatório e do contrato administrativo.

A definição do prazo contratual observará critérios de razoabilidade, compatibilidade com o cronograma físico-financeiro e adequação à natureza do fornecimento, garantindo segurança jurídica e conformidade com a legislação vigente.

7.3. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração. No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas de saúde bucal no âmbito municipal.

7.4. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Adota-se como tipo de julgamento menor preço por item, por se tratar de contratação de bens com especificações técnicas objetivas, devidamente descritas na planilha de itens que acompanha este Termo de Referência, o que permite a comparação direta e isonômica entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

A escolha do critério menor preço por item mostra-se mais vantajosa à Administração porque:

- Amplia a competitividade, possibilitando que diferentes fornecedores participem do certame mesmo que não tenham capacidade de ofertar a totalidade dos itens, podendo disputar apenas aqueles em que possuem melhor condição comercial e logística;
- Reduz o risco de concentração em um único fornecedor, permitindo a distribuição do fornecimento entre várias empresas, o que contribui para a continuidade do atendimento das demandas e diminui o impacto de eventuais atrasos ou problemas pontuais com um determinado contratado;
- Favorece a obtenção de preços mais vantajosos, uma vez que cada item será disputado individualmente, permitindo que os licitantes concentrem seus melhores descontos nos itens em que possuem maior competitividade, refletindo em economia global para o Município;
- Garante maior aderência às necessidades das secretarias demandantes, pois possibilita o ajuste fino do resultado da licitação à realidade de consumo, evitando que itens pouco competitivos comprometam o conjunto da contratação;
- Assegura objetividade no julgamento, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência, uma vez que o critério de seleção está claramente definido e é facilmente verificável por todos os participantes.

Diante do exposto, o critério de julgamento pelo menor preço por item atende ao interesse público, promove a economicidade e respeita as diretrizes estabelecidas na legislação de regência das contratações públicas, mostrando-se o mais adequado para a natureza deste objeto.

8. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

A pesquisa de preços realizada tem como objetivo atender às exigências da Instrução Normativa do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão nº 65, de 07 de julho de 2021, e em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021. Esta pesquisa embasa a aquisição de bens necessários ao pleno funcionamento da Administração Pública, garantindo a transparência e a economicidade na utilização dos recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Equipe Responsável pela Pesquisa:

Representado pelo(a) Sr.(a) **Luahgata Pinheiro Ferreira**, portador do CPF nº 006.914.142-89 e RG nº 5605476, Fone: (91) 98623-4634.

Essa servidora foi designada devido sua expertise na área de cotação de preço, o que contribuiu para a avaliação adequada das informações coletadas e para a seleção das fontes mais relevantes na pesquisa.

METODOLOGIA DE PESQUISA: Adotamos uma metodologia criteriosa para a pesquisa de preços, que consistiu na aplicação do parâmetro previsto no art. 5º da Instrução Normativa citada acima, que tem como base contratações similares feitas pela Administração Pública, a fim de obter informações abrangentes e representativas. Levando em consideração a Instrução Normativa citada, que estabelece diretrizes específicas para aquisições no âmbito público, sendo utilizado como instrumento para a pesquisa o BANCO DE PREÇOS (<https://www.bancodeprecos.com.br/>) o qual conta com uma base de dados com milhões de preços de todos os tipos de objetos e serviços. Além de preços de licitações, é possível consultar preços de tabelas de referência, preços de sites de domínio amplo, preços de notas fiscais eletrônicas e de cotações diretas com fornecedores, proporcionando assim a formação de uma ampla cesta de preços diversificada e atendendo as orientações do TCU e demais normas vigentes, proporcionar segurança e celeridade nas cotações de preços públicos.

Valores Praticados em Licitações Anteriores por este órgão público: para este processo não fizemos comparação com valores já praticados pelos órgãos participantes deste sistema de Registro de Preço, pois são produtos que variam muito de preço e utilizamos as novas cotações.

Valores Praticados em Licitações Anteriores de outros órgãos públicos: Usamos como parâmetro valores praticados, em licitações realizadas por outros órgãos para o mesmo objeto em questão.

- ✓ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20250281 – PREFEITURA MUNICIPAL DE IRITUIA/PA, VALOR GLOBAL R\$ 3.551.098,00.
- ✓ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2025 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA, VALOR GLOBAL R\$ 3.360.260,00.
- ✓ CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2025301002-CMS – CÂMARA MUNICIPAL DE SALINÓPOLIS/PA, VALOR GLOBAL R\$ 1.770,00.
- ✓ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.024.001 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL/PA, VALOR GLOBAL R\$ 2.258.861,22.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- ✓ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.024.002 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL/PA, VALOR GLOBAL R\$ 204.894,86.
- ✓ ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2025.024.003 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL/PA, VALOR GLOBAL R\$ 410.700,00.
- ✓ CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº25-0709-005 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS DO MUNICIPIO DE CASTANHAL/PA, VALOR GLOBAL R\$ 10.218,30.
- ✓ BANCO DE PREÇOS, <https://www.bancodeprecos.com.br>, pesquisa realizada em 19/01/2026 a 19/02/2026.

Cotação Direta com Fornecedores: A pesquisa direta com fornecedores, como previsto no Inciso IV do art. 5º da IN 65/2021, foi empregada devido a logística para chegar a Ourém/PA. Portanto, também utilizamos a obtenção de cotação direta com fornecedor, garantindo maior precisão nas estimativas.

Este Setor de Cotação iniciou sua pesquisa com fornecedor, com o intuito de evitar possíveis distorções/ disparidade de preços ou preços inexecutáveis, tentando se aproximar o mais fielmente do caso concreto, da realidade do Município e região, adotou assim a consulta formal a fornecedor, como prevê a IN SLTI/MPOG nº 65/2021. Foi realizado a pesquisa com fornecedor que tem processo com este município, o qual já conhece a realidade do município. Solicitamos a várias empresas cotação de preço, apenas três responderam.

Empresas que solicitamos cotação e responderam com a cotação via sistema banco de preços:

- ✓ J E S BEZERRA EIRELI, CNPJ Nº 14.357.387/0001-42, R\$ 397.970,00 (trezentos e noventa e sete mil, novecentos e setenta reais)
- ✓ V DANTAS DA CRUZ & CIA LTDA, CNPJ Nº 31.483.876/0001-60 R\$ 350.069,33 (trezentos e cinquenta mil, sessenta e nove reais e trinta e três centavos)
- ✓ MSS MOVÉIS CORPORATIVO LTDA, CNPJ Nº 48.347.346/0001-97 R\$ 24.896,50 (vinte e quatro mil, oitocentos e noventa e seis e cinquenta centavos)

METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA PREÇO ESTIMADO

Utilização da Média Aritmética: Neste processo, de acordo com o Art. 6º da Instrução Normativa Nº 65/2021, utilizaremos o método da média aritmética para calcular o preço estimado



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

por item. Isso foi aplicado a um conjunto de no mínimo 03 preços, garantindo robustez à estimativa e considerando uma variabilidade representativa das informações.

JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE MÉDIA E/OU MEDIANA

Utilização da Média: Optou-se, neste processo, pela utilização da média aritmética nos itens em que os preços coletados apresentaram distribuição homogênea, o que foi possível após a aplicação dos critérios de descarte realizados pelo sistema utilizado na pesquisa de preços.

O sistema exclui automaticamente os valores considerados excessivamente elevados, ou seja, aqueles superiores a 30% da média do rol de preços obtidos, bem como os preços inexequíveis, definidos como valores inferiores a 70% dessa mesma média. Após esse tratamento, restam apenas preços que refletem de forma mais fiel a realidade de mercado, com uma distribuição homogênea e sem distorções que possam comprometer a confiabilidade do valor de referência.

Dessa forma, a decisão de utilizar a média como parâmetro de referência nesta licitação foi embasada na análise dos dados depurados pelo sistema, conforme demonstrado no relatório de cotação anexo. A utilização da média garante que o valor de referência reflita a tendência central dos preços de mercado, considerando que os preços extremos, tanto para mais quanto para menos, foram previamente desconsiderados.

A análise item a item levou em conta as características específicas de cada objeto licitado, como concorrência de mercado, qualidade, oferta e demanda. A escolha entre média ou mediana foi realizada de maneira criteriosa pelo sistema Banco de Preços, sempre buscando adotar o critério estatístico mais justo e representativo.

Essa metodologia reforça o compromisso da Administração com a transparência, equidade e competitividade no processo de licitação, promovendo maior eficiência na contratação de bens e serviços.

VALORES DE REFERÊNCIA ENCONTRADOS

Com base na pesquisa realizada e nas metodologias aplicadas, foram obtidos os valores de referência estimados para os itens em questão. Ressaltamos que esses valores representam uma referência para a contratação e não devem ser interpretados como valores máximos aceitáveis. A



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Administração Pública busca sempre a obtenção do melhor custo-benefício, pautado na transparência e no respeito aos princípios da legalidade e eficiência.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS.

Após pesquisa de preço, foi constatado que o valor estimado para a futura aquisição é de **R\$ 339.250,73 (TREZENTOS E TRINTA E NOVE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA REAIS E SETENTA E TRÊS CENTAVOS).**

As comprovações das pesquisas de preços que resultaram nos valores unitários referenciais estimados de cada item se encontram inseridas nos autos do processo, junto ao mapa de preço e relatório onde constam mais detalhes.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM



Relatório de Cotação: MATERIAL PERMANENTE 2026

Pesquisa realizada entre 19/01/2026 10:09:11 e 26/02/2026 11:47:33

Relatório gerado no dia 26/02/2026 12:03:24 (IP: 2804:34d8:210a:6e00:a8c4:ee03:ec45:97da)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

CONCLUSÃO

A pesquisa de preços foi conduzida de maneira metódica, respeitando as diretrizes legais e considerando a realidade logística do município de Ourém/PA. A escolha entre a média e a mediana foi embasada em análises estatísticas, visando garantir estimativas confiáveis e alinhadas às variações dos preços coletados.

Reiteramos nosso compromisso em conduzir as aquisições de forma transparente, eficiente e fundamentada em práticas sólidas, visando o melhor interesse da Administração Pública e o uso responsável dos recursos.

Declaramos que foi feita análise crítica dos preços coletados. Assim, buscou-se, dentro do conhecimento do material/serviço a ser adquirido/contratado, estabelecer um preço de referência condizente com o praticado no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Segue em anexo mapa de cotação detalhando os itens por metodologia de cálculo adotado e demais documentos que fazem parte de avaliação dos preços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	PREÇOS MÉDIO ORÇADO BANCO DE PREÇOS	
				VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AR CONDICIONADO SPLIT CASSETE 24000 BTUS APARELHO TIPO SPLIT CASSETE04 VIAS, CAPACIDADE 24.000 BTUS/H, CICLO QUENTE/FRIO, TECNOLOGIA INVERTER, ALIMENTAÇÃO 220V MONOFÁSICO, COM PAINEL DECOR	UND	3	R\$ 5.294,59	R\$ 15.883,77
2	AR CONDICIONADO SPLIT CASSETE 18.000 BTUS APARELHO TIPO SPLIT CASSETE04 VIAS, CAPACIDADE 18.000 BTUS/H, CICLO QUENTE/FRIO, TECNOLOGIA INVERTER, ALIMENTAÇÃO 220V MONOFÁSICO, COM PAINEL DECOR	UND	3	R\$ 4.488,47	R\$ 13.465,41
3	AR CONDICIONADO SPLIT CASSETE 12.000 BTUS APARELHO TIPO SPLIT CASSETE04 VIAS, CAPACIDADE 12.000 BTUS/H, CICLO QUENTE/FRIO, TECNOLOGIA INVERTER, ALIMENTAÇÃO 220V MONOFÁSICO, COM PAINEL DECOR	UND	4	R\$ 2.689,46	R\$ 10.757,84
4	BATEDEIRA DE BOLO: TIPO PLANETÁRIA MODELO: BP-03-W MATERIAL: PP E INOX COM 3 TIPOS DE BATEDORES POTÊNCIA: 700W A 900 W DE 12 VELOCIDADES DE 4,5 A 5 LITROS COR PRETA	UND	4	R\$ 485,41	R\$ 1.941,64
5	BEBEDOURO ELÉTRICO, TIPO COLUNA, PARA GARRAFÃO DE 20 LITROS,COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: 1) TIPO COLUNA; 2)PARA USO COM GARRAFÃO DE 20 LITROS; 3) COM DOIS DISPOSITIVOS PARA SERVIREM, CADA UM,ÁGUA GELADA E NATURAL, EM FORMA DE TORNEIRAS EXTERNAS ACIONADAS POR PRESSÃOOU DISPOSITIVO EMBUTIDO ACIONADO POR PRESSÃO; 4) COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO MÍNIMA DE ÁGUA GELADA DE 3,5 LITROS POR HORA (3,5 L/H), EM TEMPERATURA AMBIENTE; 5)BANDEJA PINGADEIRA DE ÁGUA REMOVÍVEL PARA LIMPEZA; 6) TERMOSTATO PARA REGULAGEM DETEMPERATURA ENTRE 5 E 15°C; 7) SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM GÁS ECOLÓGICO, TIPO 134A OUSIMILAR; 8) VOLTAGEM: 220 VOLTS OU BIVOLT (110 / 220 V); 9) REFRIGERAÇÃO POR COMPRESSOR;10) ACABAMENTO EM POLIESTILENO DE ALTO IMPACTO OU INOX; 11) PÉS ANTIDERRAPANTES. 12)ETIQUETA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA, EMITIDA PELO INMETRO, COMCLASSIFICAÇÃO A . 13) COM FURADOR DE GALÃO	UND	5	R\$ 824,48	R\$ 4.122,40
6	CADEIRA DE ESCRITÓRIO GIRATÓRIA, COM RODINHAS, GARANTIA TOTAL 12 MESES, COR PRETO,COM SISTEMA RELAX, COM TRAVA DE INCLINAÇÃO, TRAVA APENAS EM POSIÇÃO RETA, MATERIALDO REVESTIMENTO COURO SINTÉTICO (PU), MATERIAL DA BASE EM METAL CROMADO, MATERIALDAS RODAS E NYLON ANTI-RISCO, REVESTIMENTO DO APOIO DE BRAÇO ESTOFADO, PISTÃO À GÁS CLASSE 3,COM REGULAGEM DA INTENSIDADE DE INCLINAÇÃO, SISTEMA DE AJUSTE DOS BRAÇOS FIXO, PESOMÁXIMO SUPORTADO 140 KG. DIMENSÕES	UND	10	R\$ 689,43	R\$ 6.894,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

	APROXIMADAS: ALTURA MÁXIMA DO APOIO DE BRAÇOS AO ASSENTO: 20 CM; ALTURA MÍNIMA DO APOIO DE BRAÇOS AO ASSENTO: 20 CM; LARGURA DO APOIO DE BRAÇOS: 7 CM; COMPRIMENTO DO BRAÇO: 50 CM; ESPESSURA DO ESTOFAMENTO DO APOIO DE BRAÇOS: 3 CM; ALTURA DO ENCOSTO: 70 CM; LARGURA SUPERIOR DO ENCOSTO: 48 CM; LARGURA INFERIOR DO ENCOSTO: 50 CM; LARGURA DO ENCOSTO NA ALTURA DO APOIO DE BRAÇO: 50 CM; ALTURA MÍNIMA DO ASSENTO EM RELAÇÃO AO SOLO: 52 CM; ALTURA MÁXIMA DO ASSENTO EM RELAÇÃO AO SOLO: 59 CM; LARGURA DO ASSENTO: 52 CM; PROFUNDIDADE DO ASSENTO: 48 CM; ESPESSURA DO ASS				
7	CAIXA ACÚSTICA: CAIXA ACÚSTICA ATIVA, WOOFER: 15 POLEGADAS, DRIVER: AGUDOS COM DRIVER DE COMPRESSÃO, POTÊNCIA: APROXIMADAMENTE 700 W RMS A 1200 W RMS, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: COMPATÍVEL COM USO PROFISSIONAL, ENTRADAS: MÍNIMO 2 ENTRADAS COMBO (XLR/P10), SAÍDA: LINE/MIX OUT, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT AUTOMÁTICO (110 V / 220 V), APLICAÇÃO: SONORIZAÇÃO DE EVENTOS, AUDITÓRIOS E APRESENTAÇÕES	UND	5	R\$ 2.810,87	R\$ 14.054,35
8	COMPUTADOR DE MESA (DESKTOP) COM CONFIGURAÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR: PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL I7, 14ª GERAÇÃO; OU AMD RYZEN 7, COMPATÍVEL, PARA USO PROFISSIONAL. PLACA DE VÍDEO UHD INTEL OU AMD RYZEN. SISTEMA OPERACIONAL NO MÍNIMO, WINDOWS 11 PRO PARA - COMPUTADOR DE MESA (DESKTOP) COM CONFIGURAÇÃO EQUIVALENTE OU SUPERIOR: PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL I7, 14ª GERAÇÃO; OU AMD RYZEN 7, COMPATÍVEL, PARA USO PROFISSIONAL. PLACA DE VÍDEO UHD INTEL OU AMD RYZEN. SISTEMA OPERACIONAL NO MÍNIMO, WINDOWS 11 PRO PARA EMPRESAS; (PADRONIZAÇÃO) MEMÓRIA MÍNIMA DE 16 GB: 1 DE 16 GB, DDR5; ARMAZENAMENTO MÍNIMO: SSD DE 512 GB PCIE NVME M.2; PORTAS: PARTE FRONTAL CONTENDO NO MÍNIMO: 2 PORTAS USB 2.0 (480 MBIT/S) 1 PORTA USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO (5 GBIT/S) PARTE TRASEIRA CONTENDO NO MÍNIMO: 2 PORTAS USB 2.0 (480 MBIT/S); 2 PORTAS USB 3.2 DE 1ª GERAÇÃO (5 GBIT/S); 1 PORTA HDMI 2.1 (48 Gbps); 1 PORTA ETHERNET RJ45 (1 GBIT/S); WIRELESS: NO MÍNIMO: PLACA DE REDE LOCAL SEM FIO (WLAN) REDE LOCAL COM FIO (LAN) ETHERNET RJ45 GIGABIT 10/100/1000 MBPS COM BLUETOOTH® 5.4 O PRODUTO DEVERÁ VIR COM TODAS AS CONFIGURAÇÕES DE FÁBRICA.	UND	10	R\$ 6.242,66	R\$ 62.426,60
9	FOGÃO INDUSTRIAL MATERIAL: AÇO CARBONO, FUNCIONAMENTO: GÁS, TIPO ACENDIMENTO: ELÉTRICO, COMPRIMENTO: 83 CM, LARGURA: 73 CM, ALTURA: 80 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM FORNO, GRELHAS 30 CM X 30 CM, QUANTIDADE BOCAS: 4 U	UND	5	R\$ 2.913,12	R\$ 14.565,60
10	FREEZER HORIZONTAL: FREEZER HORIZONTAL COM 2 PORTAS DE 534 LITROS. (FROST FREE)	UND	5	R\$ 6.382,92	R\$ 31.914,60
11	FREEZER VERTICAL, MÍNIMO 234 LITROS, 220 VOLTS, SISTEMA FROST FREE, CONTROLE DE TEMPERATURA EXTERNO, PRATELEIRAS REMOVÍVEIS, PORTA REVERSÍVEL, BAIXO CONSUMO ENERGÉTICO, FÁCIL HIGIENIZAÇÃO E ARMAZENAMENTO SEGURO DE ALIMENTOS.	UND	5	R\$ 4.048,02	R\$ 20.240,10
12	ARMÁRIO EM AÇO PARA ESCRITÓRIO COM DUAS PORTAS COM CHAVE, 4 PRATELEIRAS, COR DAS PORTAS AZUL, DIMENSÕES 198X90X40, PESO SUPORTADO 30KG POR	UND	5	R\$ 1.630,78	R\$ 8.153,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

	PRATELEIRA, COM PÉS NIVELADORES MAIS SAPATAS, COM FECHADURA (CHAVE)				
13	GELADEIRA DUPLEX FROST FREE - CAPACIDADE MÍNIMA DE 491LITROS, TECNOLOGIA INVERTER, TENSÃO 220V, ACABAMENTO EM AÇO INOX OU SIMILAR, COR PRATEADA.	UND	5	R\$ 5.373,65	R\$ 26.868,25
14	HD EXTERNO: SSD EXTERNO PORTÁTIL, CAPACIDADE: 1 TB, INTERFACE: USB 3.0 OU SUPERIOR, COMPATIBILIDADE: WINDOWS, LINUX E MACOS, ALIMENTAÇÃO: VIA PORTA USB, FORMATO: PORTÁTIL.	UND	5	R\$ 755,36	R\$ 3.776,80
15	JOGO DE MESA DE PLÁSTICO COM 4 CADEIRAS CADA JOGO, COM MEDIDAS DE 70X70CM. COR: BRANCO. MATERIAL: PLÁSTICO POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA.	UND	50	R\$ 419,39	R\$ 20.969,50
16	LIQUIDIFICADOR: LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL INOX DE 10 LITROS.	UND	5	R\$ 1.585,39	R\$ 7.926,95
17	MESA P/ ESCRITÓRIO: MESA RETA PARA ESCRITÓRIO C/ 2 CAVETAS DE 120X60 COR BRANCA.	UND	5	R\$ 581,20	R\$ 2.906,00
18	NOTEBOOK: PROCESSADOR: INTEL CORE I7 (10ª GERAÇÃO OU SUPERIOR), MEMÓRIA RAM: 16 GB DDR4, ARMAZENAMENTO: SSD 500 GB, TELA: MÍNIMO DE 14", RESOLUÇÃO FULL HD (1920x1080), PLACA DE VÍDEO: INTEGRADA AO PROCESSADOR, CONECTIVIDADE: WI-FI E BLUETOOTH, PORTAS: USB, HDMI E ENTRADA PARA FONE/MICROFONE, WEBCAM: INTEGRADA, SISTEMA OPERACIONAL: WINDOWS 11 PRO OU LINUX, BATERIA: RECARREGÁVEL, AUTONOMIA MÍNIMA COMPATÍVEL COM USO ADMINISTRATIVO.	UND	5	R\$ 6.243,45	R\$ 31.217,25
19	PROJETOR MULTIMÍDIA: PROJETOR DE MULTIMÍDIA, TECNOLOGIA DE PROJEÇÃO: 3LCD, BRILHO: 3.000 LUMENS (COLOR & WHITE) RESOLUÇÃO NATIVA: 4K PRO-UHD (ACEITA 4K/60 HZ) CONTRASTE: ATÉ 100.000:1 TAMANHO DE TELA PROJETADA: 30" – 300" DISTÂNCIA DE PROJEÇÃO: 1,32 M A 4,21 M (PARA 100"), FORMATO DE IMAGEM: 16:9 NATIVO ALTO-FALANTES INTEGRADOS: SIM (10 W) ENTRADAS: 2x HDMI (UM COM SUPORTE 4K) USB, ENTRADA DE ÁUDIO, VIDA DA LÂMPADA: ATÉ 5.800 H (NORMAL, ATÉ 10.000 H (ECO), CORREÇÃO DE KEYSTONE: ±30° HORIZONTAL / VERTICAL, AJUSTE DE LENTE: ZOOM ÓTICO 1,62x, LINGUAGENS DE MENU: VÁRIAS, RECURSOS EXTRAS: SUPORTE A HDR10, HLG, MEMORY LENS SHIFT, ZOOM ANAMÓRFICO, PESO APROXIMADO: 7,2 KG.	UND	3	R\$ 5.381,39	R\$ 16.144,17
20	TELA PARA PROJEÇÃO. TELA DE PROJEÇÃO 100 POLEGADAS PORTÁTIL HD 4K COM TRIPE. TELA DE PROJEÇÃO 4K DE 100 POLEGADAS, ULTRA-ALTA DEFINIÇÃO E BRILHO.	UND	2	R\$ 1.044,45	R\$ 2.088,90
21	ESTABILIZADOR: ESTABILIZADOR 2000 VA – BIVOLT, SUPORTA ATÉ 1400 W, VÁRIAS TOMADAS, PROTEÇÃO CONTRA SOBRECARGA.	UND	5	R\$ 1.456,42	R\$ 7.282,10
22	NOBREAK: NOOBREAK 1000 VA – BIVOLT AUTOMÁTICO, PARA TV, MODEM, ROTEADOR, PC PEQUENO, PROJETOR LEVE, AUTONOMIA DE 5–15 MIN (DEPENDENDO DA CARGA), ESTABILIZA TENSÃO + EVITA QUEDAS INSTANTÂNEAS	UND	10	R\$ 1.565,03	R\$ 15.650,30
VALOR TOTAL					R\$ 339.250,73

OBSERVAÇÃO:

Durante a fase de cotação e levantamento de preços, verificou-se a necessidade de proceder à análise técnica de alguns itens inicialmente previstos, ocasião em que foram promovidos ajustes nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

descrições e especificações, com o objetivo de garantir maior precisão técnica e aderência às reais necessidades da Administração. Ressalta-se que, para a adequada instrução do processo licitatório, os itens devem estar devidamente especificados, com características claras, completas e compatíveis com a finalidade institucional pretendida, evitando ambiguidades, restrições indevidas ou aquisições inadequadas ao interesse público. Tais ajustes visaram assegurar conformidade com as normas técnicas aplicáveis, padronização administrativa e maior segurança jurídica ao certame.

9. PESQUISA DE MERCADO E ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE FORNECEDORES (TERRITÓRIO DO ESTADO DO PARÁ)

A pesquisa de mercado realizada no território do Estado do Pará indica ampla disponibilidade de fornecedores aptos a atender o fornecimento de bens permanentes (mobiliário, eletrodomésticos, informática e audiovisual), tanto por empresas sediadas na Região Metropolitana de Belém (principal polo de distribuição do Estado) quanto por fornecedores localizados no Nordeste Paraense, incluindo estabelecimentos com atuação em Ourém. Esse cenário favorece a competitividade, amplia a possibilidade de obtenção de propostas vantajosas e reduz o risco de desabastecimento, permitindo a participação de fornecedores locais e regionais, conforme as condições do edital.

A seguir, lista exemplificativa de fornecedores identificados com atuação/registro/atendimento no Pará e/ou Ourém, compatíveis com o perfil do objeto:

- **Dantas Móveis (Ourém/PA)** — móveis e eletrodomésticos.
- **Prime Tech Informática (Ourém/PA)** — loja e assistência em informática.
- **Magazine Dantas Ltda (Ourém/PA)** — varejo com escopo incluindo informática (conforme cadastro).
- **Parabel Móveis para Escritório Ltda (Belém/PA)** — móveis para escritório (conforme cadastro CNPJ).
- **Casa de Móveis e Equipamentos para Escritório Ltda – ME (Belém/PA)** — móveis/equipamentos para escritório (conforme cadastro).
- **Requinte Móveis p/ Escritório – E. Kuroki da Silva Ltda (Belém/PA)** — móveis para escritório (conforme cadastro CNPJ).
- **P & W Comércio de Móveis Ltda (Belém/PA)** — comércio varejista de móveis (conforme cadastro).
- **Ultra Móveis (Belém/PA)** — comércio varejista de móveis (conforme cadastro).



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Só Cadeiras Home Office Ltda (Belém/PA) — cadeiras e mobiliário correlato (conforme cadastro CNPJ).
- AM Móveis Ltda (Belém/PA) — mobiliário/planejados (conforme cadastro).
- Bel Informática (Belém/PA) — computadores, notebooks e periféricos.
- Loja do Notebook (Belém/PA) — informática/notebooks e assistência.
- MD Info Belém (Belém/PA) — informática (peças/suprimentos e venda online).
- K3 Distribuidora (PA/atuação regional) — distribuidora de TI/eletrônicos (informática e correlatos).
- Croi Distribuidora de Tecnologia (PA/atuação regional) — distribuição de produtos e soluções em TI.
- Interton Copiadoras (Belém/PA) — equipamentos e soluções correlatas para escritório (ex.: impressão).
- Smartzla Eletrônicos (Belém/PA) — eletrônicos (atacado/varejo).
- Lojas Santa Fé (PA – atuação regional) — móveis/eletro/informática (rede regional).

Se você quiser, eu adapto esse tópico em “cara de ETP” ainda mais enxuta (tipo 2 parágrafos + lista), e já deixo pronto para você só colar no documento.

9.1. ANÁLISE DA PESQUISA DE MERCADO

A pesquisa de mercado realizada no território do Estado do Pará evidenciou a existência de número significativo de fornecedores aptos ao fornecimento dos bens permanentes pretendidos pela Administração, abrangendo mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais.

Verificou-se que o mercado estadual apresenta estrutura consolidada, com empresas sediadas tanto na Região Metropolitana de Belém quanto no interior do Estado, incluindo estabelecimentos com atuação no município de Ourém e em cidades circunvizinhas. Tal cenário demonstra adequada capilaridade comercial, favorecendo a ampla competitividade no certame.

Constatou-se, ainda, que os itens pretendidos possuem especificações padronizadas e ampla oferta no mercado, não se tratando de bens exclusivos ou de fornecimento restrito, o que reduz significativamente o risco de frustração da licitação ou de limitação indevida de concorrência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A pluralidade de fornecedores identificados reforça a viabilidade da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, permitindo disputa efetiva entre licitantes e potencial obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração.

Dessa forma, conclui-se que há plena disponibilidade de mercado para atendimento da demanda, estando caracterizada a viabilidade técnica e econômica da contratação, com adequada garantia de competitividade e atendimento ao interesse público.

9.2. ANÁLISE DA DISPONIBILIDADE DE FORNECEDORES NO ÂMBITO MUNICIPAL

Foi realizada pesquisa de mercado no âmbito do Município de Ourém/PA com a finalidade de verificar a existência de fornecedores locais aptos ao fornecimento dos bens permanentes pretendidos.

Foram identificadas, exemplificativamente, as seguintes empresas sediadas em Ourém:

- **Dantas Móveis** – comércio varejista de móveis e eletrodomésticos;
- **Magazine Dantas Ltda** – comércio varejista com atuação em móveis e equipamentos;
- **Prime Tech Informática** – comércio e assistência técnica em equipamentos de informática;

A análise identificou a presença de estabelecimentos comerciais com atuação nos segmentos de mobiliário, eletrodomésticos e informática básica, evidenciando que há oferta local compatível com parte do objeto da contratação. Entre os fornecedores identificados destacam-se comércios varejistas de móveis e eletrodomésticos, bem como lojas de informática com atuação no município.

Todavia, cumpre registrar que Ourém é município de pequeno porte, com estrutura comercial limitada quando comparada a centros urbanos de maior dimensão. O fornecimento de bens permanentes não se configura como atividade econômica predominante no município, sendo mais expressivo o comércio varejista de bens de consumo imediato.

Observou-se que, embora existam fornecedores locais, a diversidade de marcas, modelos e especificações técnicas disponíveis pode ser restrita, especialmente no que se refere a equipamentos de informática com padrão corporativo e itens com maior exigência técnica.

Dessa forma, a pesquisa demonstra que há disponibilidade razoável de fornecedores no âmbito municipal, porém não em volume ou diversidade suficientes para garantir, isoladamente, ampla



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

competitividade. Tal constatação reforça a necessidade de adoção de procedimento licitatório em modalidade eletrônica, a fim de ampliar a disputa para o âmbito regional e estadual, assegurando maior competitividade e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Conclui-se, portanto, que o mercado municipal apresenta capacidade parcial de atendimento à demanda, sendo tecnicamente viável a contratação, desde que observada a ampliação do caráter competitivo do certame.

10. COMPARATIVO COM CONTRATAÇÕES SIMILARES REALIZADAS POR OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com o objetivo de verificar a aderência do objeto ao mercado público e aferir a prática administrativa adotada por outros entes municipais, foi realizado levantamento de contratações similares junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA.

A pesquisa teve por finalidade constatar se a aquisição de móveis e eletrodomésticos, nos moldes pretendidos neste processo, constitui objeto comum no âmbito das administrações municipais e se a modalidade de licitação selecionada é compatível com a prática administrativa consolidada.

Nº do Pregão	Município	Objeto	Valor de Referência	Valor Adjudicado	Quantidade / Itens
PE nº 027/2025	Castanhal	Móveis e eletrodomésticos para Casa de Passagem	R\$ 373.671,88	R\$ 259.060,49	403 produtos divididos em 70 itens
PE nº 000024/2021	Ourilândia do Norte	Móveis e eletrodomésticos para Secretaria de Educação	R\$ 157.018,25	R\$ 112.745,00	79 produtos divididos em 7 itens
PE nº 007/2023	Floresta do Araguaia	Aquisição de móveis e eletrodomésticos	R\$ 748.122,61	R\$ 505.495,87	432 produtos divididos em 70 itens

O levantamento identificou diversos pregões eletrônicos realizados por prefeituras do Estado do Pará com objeto semelhante, envolvendo aquisição de bens permanentes destinados ao atendimento de unidades administrativas, educacionais, assistenciais e de saúde, com estruturação por itens ou lotes, conforme planejamento local.

Observou-se que a modalidade predominante adotada pelos entes municipais para esse tipo de contratação é o Pregão Eletrônico, em razão da natureza comum dos bens, da possibilidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

especificação objetiva, da ampla oferta no mercado e da viabilidade de julgamento pelo critério de menor preço.

Os dados coletados demonstram que:

- o objeto não é estranho ao mercado público;
- trata-se de contratação rotineira e amplamente executada por municípios de diferentes portes;
- a modalidade de Pregão Eletrônico é a forma mais usual e adequada para a aquisição de bens permanentes dessa natureza;
- os valores praticados são compatíveis com a realidade mercadológica estadual.

O comparativo evidencia que a presente contratação encontra respaldo na prática administrativa adotada por outros entes públicos, reforçando a segurança jurídica da escolha da modalidade e a conformidade com os princípios da legalidade, competitividade e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a solução adotada está alinhada às contratações similares realizadas no âmbito estadual, não havendo qualquer excepcionalidade ou peculiaridade que descaracterize o objeto como bem comum ou que justifique modalidade diversa da selecionada.

ANÁLISE PERCENTUAL DE ECONOMIA OBTIDA NAS LICITAÇÕES COMPARADAS

Município	Nº do Pregão	Percentual de Economia
Castanhal	PE nº 027/2025	30,67%
Ourilândia do Norte	PE nº 000024/2021	28,20%
Floresta do Araguaia	PE nº 007/2023	32,43%
Média Geral	—	30,43%

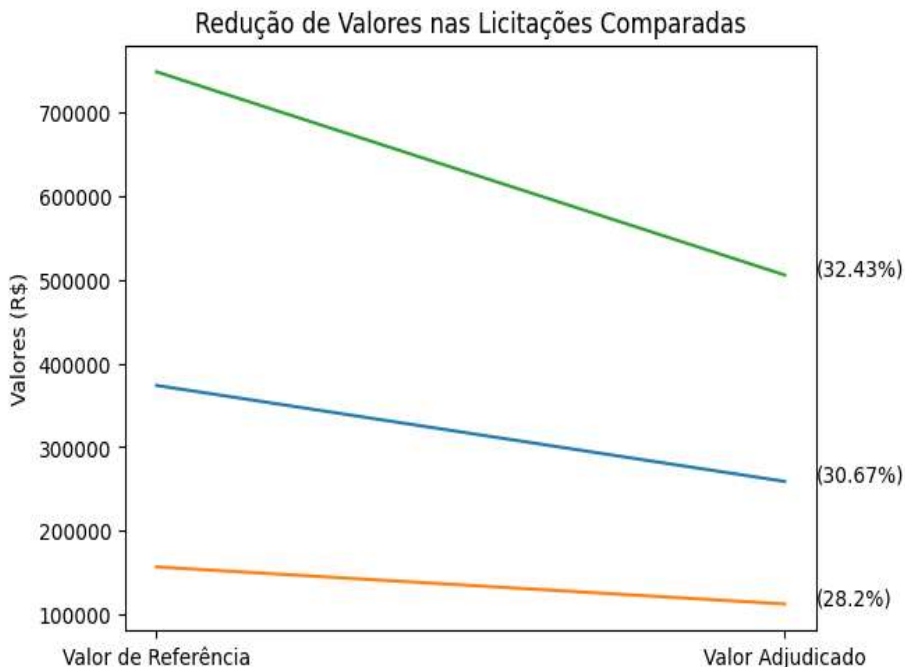


PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Com base nas contratações similares levantadas junto ao TCM/PA, foi realizada análise comparativa entre os valores estimados (orçados) e os valores adjudicados nos respectivos certames.

Verificou-se que os pregões eletrônicos analisados apresentaram percentuais expressivos de economia, variando entre 28,20% e 32,43%, com média aproximada de 30,43% de redução em relação ao valor estimado.



Os dados evidenciam que a modalidade Pregão Eletrônico, quando aplicada à aquisição de bens permanentes como móveis e eletrodomésticos, proporciona disputa efetiva entre licitantes e significativa redução de preços, resultando em contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

A análise demonstra, ainda, que a estimativa de preços cumpre papel referencial e que a dinâmica competitiva do pregão tende a gerar economia relevante, especialmente quando há adequada pesquisa de mercado e ampla participação de fornecedores.

Dessa forma, os percentuais observados reforçam a adequação da modalidade selecionada para a presente contratação, indicando potencial concreto de obtenção de proposta mais vantajosa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

ANÁLISE TÉCNICA

A análise das contratações similares realizadas por outros entes municipais demonstra que a modalidade Pregão Eletrônico tem proporcionado reduções significativas em relação aos valores estimados, com percentuais médios de economia superiores a 30%. Considerando que o objeto da



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

presente contratação possui natureza comum e ampla oferta no mercado, é razoável e provável que dinâmica competitiva semelhante ocorra no certame a ser realizado por este Município, possibilitando redução do valor inicialmente orçado. Dessa forma, a modalidade escolhida revela-se instrumento adequado para assegurar a economicidade da contratação e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

PONTOS DE ATENÇÃO NA ANÁLISE DAS CONTRATAÇÕES SIMILARES

Na análise das contratações comparadas e dos percentuais de economia observados, alguns aspectos devem ser considerados para correta interpretação dos dados e adequada projeção para o presente processo:

- **Possibilidade de itens fracassados**

Em licitações com grande número de itens, é comum a ocorrência de itens fracassados ou desertos, o que pode impactar o valor global adjudicado e influenciar o percentual final de economia. A ausência de adjudicação de determinados itens pode reduzir o valor total contratado, sem que isso represente necessariamente redução proporcional sobre todos os itens inicialmente estimados.

- **Qualidade e especificação técnica dos itens**

Os percentuais de economia devem ser analisados em conjunto com o nível de exigência técnica estabelecido no edital. Especificações mais detalhadas, padrões mínimos de qualidade, exigências de garantia e assistência técnica podem influenciar diretamente o comportamento dos preços ofertados. Assim, diferenças na padronização técnica entre processos podem refletir variações nos percentuais de redução obtidos.

- **Quantidade de itens licitados**

Processos com maior número de itens tendem a ampliar a competitividade e a disputa por item, podendo gerar economias mais expressivas. Por outro lado, a pulverização excessiva também pode impactar a gestão contratual e o risco de fracasso parcial. A estruturação adequada do objeto é fator determinante para equilíbrio entre competitividade e eficiência administrativa.

- **Destinação e finalidade dos bens**



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A destinação dos itens (educação, assistência social, saúde, administração geral, entre outros) pode influenciar o padrão técnico exigido e, conseqüentemente, a formação dos preços. Itens destinados a ambientes com maior exigência operacional podem demandar especificações superiores, refletindo no comportamento do mercado fornecedor.

Dessa forma, embora os dados comparativos demonstrem potencial relevante de economia, a análise deve ser realizada de maneira contextualizada, considerando as particularidades técnicas e quantitativas de cada processo. A observância desses pontos de atenção contribui para projeção mais realista dos resultados esperados e reforça a importância do planejamento adequado da presente contratação.

11. ATENÇÃO À IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS COM VALORES INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVOS

No âmbito do procedimento licitatório, torna-se indispensável a análise criteriosa das propostas apresentadas, especialmente no que se refere à identificação de valores manifestamente inexequíveis ou excessivos, a fim de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração sem comprometer a execução contratual ou a economicidade da contratação.

Propostas com valores inexequíveis, ou seja, substancialmente inferiores aos preços praticados no mercado, podem indicar risco de inexecução contratual, fornecimento de bens em desconformidade com as especificações, descumprimento de obrigações contratuais ou tentativa de compensação financeira posterior por meio de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro. Por essa razão, tais propostas devem ser submetidas a diligência e análise técnica, exigindo-se comprovação objetiva de sua viabilidade, conforme prevê a legislação aplicável.

Da mesma forma, propostas com valores excessivos, significativamente superior à média dos preços de mercado ou ao valor estimado da contratação, devem ser analisadas com cautela, pois podem indicar distorção competitiva, ausência de vantajosidade ou tentativa de obtenção de lucro desproporcional em relação às condições normais do mercado.

A análise comparativa de preços, a pesquisa mercadológica prévia e o histórico de contratações similares constituem instrumentos essenciais para identificação desses cenários, permitindo à Administração estabelecer parâmetros objetivos de aceitabilidade das propostas e adotar decisões fundamentadas durante a fase de julgamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ressalta-se que a observância desses critérios não configura restrição indevida à competitividade, mas sim medida necessária à preservação do interesse público, da segurança jurídica do contrato e da eficiência administrativa, assegurando que a proposta vencedora seja não apenas a de menor preço, mas também exequível, compatível com o mercado e apta a garantir a plena execução do objeto.

Considerando os apontamentos acima relacionados, incluindo a necessidade de controle de preços, prevenção de valores excessivos ou inexequíveis, garantia de qualidade dos produtos, competitividade do certame e promoção do desenvolvimento econômico local, serão adotadas medidas mitigadoras durante a condução do processo licitatório, com vistas a assegurar maior segurança jurídica, eficiência administrativa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As ações preventivas visam reduzir riscos de irregularidades, proteger o interesse público e assegurar o adequado equilíbrio econômico-financeiro da contratação. Entre as principais medidas, destacam-se:

11.1. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, constata-se que:

- Municípios com altas economias percentuais podem estar sujeitas a propostas de risco, com potenciais reflexos na qualidade e no cumprimento contratual.
- Municípios com economias mínimas indicam baixa competitividade, o que reforça a necessidade de medidas que estimulem maior participação de fornecedores sérios e preparados.

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

Obs. 01: A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Ourém. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. **Banco do Brasil, c/c nº 109001-1, agência: 815-X, PM0 Caução, CNPJ: 05.149.133/0001-48.**
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Ourém, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

Obs. 02: Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

Obs. 03: A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Obs. 04: Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

Obs. 05: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

Obs. 06: Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

Obs. 07: No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento (o comprovante deve estar em nome da empresa licitante), como condição para a validação da proposta. A data dos docs devem ser compatíveis com a data de abertura do certame, sendo assim não pode ser com data posterior.

Obs. 08: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.

11.2. SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

ITENS DE RELEVÂNCIA:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública exigir, como condição de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente em relação à parcela de maior relevância do valor de referência. Tal exigência deverá considerar critérios objetivos como o valor, vulto, complexidade ou impacto dos itens no conjunto da contratação.

No presente certame, com fundamento no referido dispositivo legal, será exigida a comprovação de capacidade técnica específica para os itens cuja relevância seja igual ou superior a **4% (quatro por cento)** do valor global estimado da contratação, por serem considerados tecnicamente sensíveis e de impacto direto na efetiva execução do objeto licitado, conforme Art. 67 da Lei 14.133/2021. Essa medida visa assegurar que o contratado possua experiência comprovada na execução de fornecimentos similares, com grau de complexidade compatível e desempenho satisfatório, mitigando riscos de inexecução, falhas técnicas, atrasos e outros prejuízos à Administração Pública.

A adoção desse critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal, visando preservar o interesse público e promover uma contratação eficiente e segura. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, razoabilidade, legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a participação de licitantes com capacidade comprovada para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo nas parcelas críticas e estratégicas do objeto.

DEMONSTRATIVO DE RELEVANCIA DOS SEGMENTOS:

Após análise da natureza dos itens que compõem o objeto, bem como considerando a diversidade de produtos, a multiplicidade de mercados fornecedores e a necessidade de conferir maior praticidade, eficiência e racionalidade ao certame, a Administração optou por estabelecer a exigência de comprovação de capacidade técnica de forma segmentada, e não de maneira global para todos os itens.

Tal medida visa assegurar que a exigência de habilitação técnica seja compatível com a realidade do mercado, proporcional ao objeto licitado e adequada às características de cada grupo de itens, evitando-se restrições indevidas à competitividade e exigências excessivas que possam limitar a participação de potenciais fornecedores.

A segmentação da comprovação de capacidade técnica permite que os licitantes demonstrem experiência compatível com os tipos de bens efetivamente ofertados, respeitando a especialização



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

natural dos fornecedores e contribuindo para a ampliação da concorrência, sem prejuízo da segurança da contratação e da adequada execução contratual.

Dessa forma, com fundamento nos princípios da isonomia, competitividade, eficiência, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa, a comprovação da capacidade técnica será exigida por segmento de itens, conforme as divisões estabelecidas a seguir.

SEGMENTO 01 – CLIMATIZAÇÃO

Relevância do segmento: 14,27%

Item	Descrição Resumida	Valor Total	Relevância
1	Ar-condicionado 24.000 BTUs	R\$ 15.883,77	5,25%
2	Ar-condicionado 18.000 BTUs	R\$ 13.465,41	4,71%
3	Ar-condicionado 12.000 BTUs	R\$ 10.757,84	4,32%

SEGMENTO 02 – ELETRODOMÉSTICOS E COZINHA

Relevância do segmento: 34,91%

Item	Descrição Resumida	Valor Total	Relevância
4	Batedeira industrial	R\$ 1.941,64	0,52%
5	Bebedouro 20L	R\$ 4.122,40	1,52%
9	Fogão industrial	R\$ 14.565,60	4,28%
10	Freezer horizontal	R\$ 31.914,60	8,23%
11	Freezer vertical	R\$ 20.240,10	8,59%
13	Geladeira Duplex	R\$ 26.868,25	8,79%
16	Liquidificador industrial	R\$ 7.926,95	2,43%

SEGMENTO 03 – MOBILIÁRIO

Relevância do segmento: 10,76%

Item	Descrição Resumida	Valor Total	Relevância
6	Cadeira executiva	R\$ 6.894,30	1,96%
12	Armário de aço	R\$ 8.153,90	1,90%
15	Jogo mesa + cadeiras	R\$ 20.969,50	5,81%
17	Mesa escritório	R\$ 2.906,00	1,09%

SEGMENTO 04 – INFORMÁTICA

Relevância do segmento: 30,88%

Item	Descrição Resumida	Valor Total	Relevância
8	Computador	R\$ 62.426,60	17,13%



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

14	HD externo 1TB	R\$ 3.776,80	0,93%
18	Notebook	R\$ 31.217,25	9,29%
22	Nobreak	R\$ 15.650,30	3,74%

SEGMENTO 05 – AUDIOVISUAL E EVENTOS

Relevância do segmento: 9,18%

Item	Descrição Resumida	Valor Total	Relevância
7	Caixa acústica	R\$ 14.054,35	2,81%
19	Projektor multimídia	R\$ 16.144,17	4,27%
20	Tela de projeção	R\$ 2.088,90	0,63%
21	Estabilizador	R\$ 7.282,10	1,83%

ANÁLISE TÉCNICA DA RELEVÂNCIA DOS SEGMENTOS

Conforme demonstrado nas tabelas anteriores, a distribuição percentual dos investimentos por segmento evidencia que todos os grupos de bens ultrapassam o percentual de 4% (quatro por cento) considerado parâmetro mínimo de relevância para fins de exigências técnicas proporcionais, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vinculação ao objeto, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Os segmentos identificados (Climatização, Eletrodomésticos e Cozinha, Mobiliário, Informática e Audiovisual) apresentam relevância individual superior ao referido patamar, estando, portanto, tecnicamente aptos e juridicamente amparados para fundamentar exigências compatíveis com sua representatividade econômica no contexto global da contratação.

Importante destacar que, embora determinados itens isoladamente apresentem percentual inferior a 4% do valor global, tais itens encontram-se inseridos em segmentos cuja relevância consolidada supera amplamente o patamar considerado significativo. Nesse contexto, a análise técnica não deve ser realizada de forma fragmentada por item específico, mas sim à luz do segmento ao qual pertence, considerando a natureza integrada da contratação.

A exigência técnica, portanto, deve observar o conjunto do segmento e sua representatividade econômica no objeto, e não a relevância individual de cada item de forma isolada, sob pena de comprometer a coerência técnica da contratação e a adequada estruturação do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Dessa forma, a segmentação adotada mostra-se adequada, proporcional e juridicamente sustentável, assegurando que eventuais exigências técnicas estejam alinhadas à importância econômica e funcional de cada grupo de bens no contexto global da contratação.

➤ FORMATO DE EXIGÊNCIA

Embora a definição dos segmentos e a análise de relevância tenham sido estruturadas com base na representatividade dos valores no contexto global da contratação, o formato de exigência a ser adotado não se confunde com a relevância econômica de cada item isoladamente.

A exigência proposta guarda relação direta com o quantitativo efetivamente demandado por item, considerado de forma individual, pois é a quantidade solicitada que define a capacidade operacional mínima necessária para atendimento imediato e regular do fornecimento, especialmente quanto à disponibilidade de estoque, logística de entrega, capacidade de reposição e atendimento das condições pactuadas.

Assim, a relevância por segmento funciona como parâmetro de organização e fundamentação técnica do objeto, enquanto o critério de exigência, por sua vez, será orientado pelo quantitativo de cada item, evitando interpretações equivocadas de que itens com menor percentual de valor global não demandariam estrutura compatível com sua execução.

Ao longo deste tópico, será demonstrado que a adoção de exigências proporcionais ao quantitativo por item contribui para assegurar a efetividade do fornecimento, reduzir riscos de execução parcial ou atrasos, e preservar a coerência técnica do certame, mantendo aderência aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e seleção da proposta mais vantajosa.

➤ NATUREZA DOS ATESTADOS

- ✓ **SEGMENTO 01 – CLIMATIZAÇÃO**
- ✓ **SEGMENTO 02 – ELETRODOMÉSTICOS E COZINHA**
- ✓ **SEGMENTO 03 – MOBILIÁRIO**
- ✓ **SEGMENTO 04 – INFORMÁTICA**
- ✓ **SEGMENTO 05 – AUDIOVISUAL E EVENTOS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

➤ PORCENTAGEM DE EXIGÊNCIA

Para fins de qualificação técnica, será exigida a comprovação de aptidão por meio de atestado (s) de capacidade técnica correspondente (s) a **20% (VINTE POR CENTO) DO QUANTITATIVO ARREMATADO**, observado o agrupamento anteriormente definido. A fixação desse percentual atende aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, sendo suficiente para demonstrar a capacidade operacional da licitante sem restringir indevidamente a competitividade. A exigência será aplicada de forma segmentada, considerando a natureza dos bens e sua organização estrutural no presente estudo, e será detalhada no demonstrativo a seguir.

➤ FORMA DE APLICAÇÃO DA EXIGÊNCIA DE 20% POR SEGMENTO

A comprovação da capacidade técnica observará o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o quantitativo dos itens efetivamente arrematados pela licitante, respeitando sempre o segmento ao qual o item pertence.

Para correta aplicação da regra, o licitante deverá identificar, na tabela de itens, o quantitativo previsto para o item arrematado e calcular 20% desse total.

Exemplificativamente, no caso do **Item 06 – Cadeira Executiva**, cujo quantitativo previsto é de 10 (dez) unidades, a exigência de atestado corresponderá a 20%, ou seja, 2 (duas) unidades.

Entretanto, considerando a lógica de segmentação adotada, a natureza do atestado não precisa corresponder necessariamente ao item específico arrematado. O atestado poderá referir-se a qualquer item pertencente ao mesmo segmento. No exemplo citado, como a cadeira executiva integra o **Segmento 03 – Mobiliário**, a comprovação poderá ser realizada por meio de atestado referente a fornecimento de mesa, armário, jogo de mesa ou qualquer outro item integrante desse mesmo segmento, desde que o quantitativo comprovado atinja o percentual mínimo exigido.

Caso a empresa arremate dois ou mais itens pertencentes ao mesmo segmento, os quantitativos desses itens serão somados, e o cálculo de 20% será realizado sobre o total consolidado.

Por outro lado, se os itens arrematados pertencerem a segmentos distintos, o cálculo será realizado de forma independente para cada segmento, devendo a empresa comprovar 20% do quantitativo correspondente em cada um deles.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Esse modelo garante coerência técnica, amplia a competitividade e evita exigência excessivamente específica por item isolado, preservando a lógica estrutural da contratação por segmento e assegurando que a comprovação esteja alinhada à natureza dos bens fornecidos.

➤ **JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA CORRESPONDENTE A 20% DO QUANTITATIVO.**

A definição do percentual de 20% (vinte por cento) para fins de comprovação de capacidade técnica foi estabelecida com base nos critérios de razoabilidade, proporcionalidade e adequação ao objeto, observando-se o equilíbrio entre a necessidade de garantir capacidade operacional mínima da contratada e a preservação da ampla competitividade do certame.

O percentual escolhido representa fração suficiente para demonstrar que a empresa possui experiência prévia compatível com o porte do fornecimento a ser executado, evidenciando capacidade logística, comercial e operacional para atender à demanda contratada. Ao mesmo tempo, não configura exigência excessiva ou restritiva, evitando barreiras indevidas à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Percentuais superiores poderiam restringir a competitividade e afastar potenciais fornecedores aptos, especialmente considerando que a presente contratação envolve bens comuns, amplamente disponíveis no mercado. Por outro lado, percentuais muito reduzidos poderiam não assegurar comprovação mínima satisfatória de aptidão técnica.

A escolha do percentual de 20% reflete prática administrativa consolidada em diversos entes públicos e encontra respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle, que reconhecem a legitimidade da exigência quando fixada em patamar proporcional ao objeto e devidamente motivada.

Dessa forma, o percentual adotado revela-se tecnicamente adequado, juridicamente sustentável e compatível com o porte da contratação, garantindo segurança na execução contratual sem comprometer a competitividade e a isonomia entre os licitantes.

➤ **OBSERVAÇÕES ADICIONAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

12. COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática. Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegura que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

Para este processo **SERÁ CONSIDERADO INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE LANCES QUE APRESENTEM 25% DE ECONOMIA REFERENTE AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO;**

Será solicitado em diligência documentos pertinentes para tal comprovação (realizado logo após a fase de lances, antes mesmo de passar para a fase habilitatória)

Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no rol “FASE DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

JULGAMENTO” do Edital.

Essas medidas de controle preventivo refletem o compromisso da Administração Municipal com a transparência, eficiência e boa governança nas contratações públicas, fortalecendo o planejamento e garantindo maior segurança jurídica e técnica ao processo licitatório.

13. REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA ESTA LICITAÇÃO

A seguir, descrevem-se os requisitos necessários para assegurar que o fornecimento atenda integralmente aos padrões de qualidade, segurança, desempenho, durabilidade, eficiência operacional e conformidade técnica exigidos para o adequado atendimento das demandas administrativas, operacionais, técnicas e de serviços públicos do Município.

a. Prazo de Entrega

Os bens deverão ser entregues conforme as demandas emitidas pela Secretaria Municipal, respeitando prazos compatíveis com a continuidade das atividades administrativas e dos serviços públicos.

Fica estabelecido como prazo máximo:

- 15 (quinze) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado pela contratada e formalmente autorizado pela Administração.

b. Substituição de Itens

Os bens que apresentarem vício, defeito de fabricação, divergência técnica, danos decorrentes do transporte ou qualquer não conformidade deverá ser substituídos por itens novos e em perfeitas condições de uso.

A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da notificação formal da Administração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

c. Local e Horário de Entrega

As entregas deverão ocorrer nos locais indicados pela Administração no momento da solicitação, observando-se:

- Horário: das 08h às 12h, de segunda a sexta-feira;
- Local: Tv. Cipriano Santos, s/n, CEP: 68.640-000, Centro, Ourém/PA, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

Toda a logística de entrega, incluindo transporte, carga e descarga, será de inteira responsabilidade da contratada, não sendo admitido qualquer ônus adicional ao Município.

d. Qualidade, Conformidade e Padronização dos Produtos

Todos os itens fornecidos deverão ser:

- novos, de primeiro uso;
- em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- em conformidade integral com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- compatíveis com as normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO e demais referenciais pertinentes).

Os produtos deverão observar, especialmente:

- resistência estrutural e durabilidade compatíveis com uso institucional;
- conformidade elétrica, mecânica e de segurança, quando aplicável;
- certificações obrigatórias exigidas por norma ou legislação específica;
- identificação do fabricante, modelo e lote de origem;
- padronização e homogeneidade entre entregas sucessivas.

Serão rejeitados bens que apresentem:

- divergência das especificações contratadas;
- defeitos de fabricação, avarias, deformações, oxidação, trincas ou falhas de funcionamento;
- sinais de uso anterior, desgaste ou recondicionamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

e. Responsabilidade Logística

A contratada deverá assegurar que o transporte e o manuseio dos bens ocorram de forma adequada, garantindo:

- integridade física e funcional dos itens até o recebimento definitivo;
- utilização de embalagens apropriadas e proteção contra impactos, umidade ou outros danos;
- substituição imediata, sem custos adicionais, de quaisquer itens danificados ou entregues em desconformidade.

f. Conformidade Legal e Responsabilidades

A empresa contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, mantendo durante toda a vigência contratual:

- regularidade fiscal, trabalhista e técnica;
- responsabilidade civil, administrativa e contratual pelo fornecimento;
- fiel observância das especificações e condições pactuadas.

13.1. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedada a subcontratação do fornecimento dos bens objeto deste certame, admitindo-se exclusivamente a terceirização da logística de entrega, permanecendo a responsabilidade integral sob a contratada.

Tal vedação tem por finalidade:

- assegurar controle direto sobre a qualidade e procedência dos bens fornecidos;
- garantir responsabilização integral da contratada pelo objeto;
- evitar riscos relacionados à padronização, garantia e rastreabilidade;
- prevenir sobrecustos decorrentes de cadeias intermediárias.

15. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá adotar as providências necessárias antes da formalização do contrato administrativo decorrente da aquisição de bens permanentes, compreendendo mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais.

a) Designação formal do gestor e fiscais do contrato

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser realizada designação formal, prévia e expressa, por autoridade competente, do gestor do contrato e dos fiscais técnico e administrativo, com indicação de respectivos suplentes.

O ato de designação deverá estabelecer, de forma clara, as atribuições de cada agente, assegurando o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução contratual, especialmente quanto:

- à conformidade dos bens entregues com as especificações do Termo de Referência;
- ao cumprimento dos prazos de entrega;
- à regularidade documental, fiscal e contratual da execução.

b) Capacitação técnica dos encarregados da fiscalização

Deverá ser assegurado que os agentes designados para fiscalização possuam conhecimento mínimo acerca das características técnicas dos bens a serem fornecidos, incluindo:

- especificações básicas de mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e audiovisuais;
- normas técnicas aplicáveis (ABNT, INMETRO e demais certificações exigíveis);
- procedimentos de verificação da conformidade do fornecimento, tais como:
 - ✓ conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues;
 - ✓ verificação da integridade física, funcionamento e estado de conservação;
 - ✓ análise de notas fiscais, termos de recebimento provisório e definitivo e demais documentos correlatos.

Essa medida visa reduzir riscos de recebimento inadequado e assegurar execução contratual eficiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

c) Revisão e atualização do Termo de Referência

Antes da formalização do contrato, deverá ser realizada conferência final do Termo de Referência, a fim de:

- assegurar clareza e objetividade das especificações técnicas;
- confirmar a compatibilidade das condições de fornecimento, entrega, garantia e substituição;
- verificar coerência entre o edital, a proposta vencedora e a futura minuta contratual;
- mitigar riscos de divergência interpretativa ou execução inadequada.

d) Verificação da adequação orçamentária

Deverá ser confirmada a compatibilidade da contratação com:

- a dotação orçamentária específica e suficiente;
- o planejamento anual de contratações do Município, quando aplicável.

Deverá ser observado o prévio empenho da despesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 4.320/1964, antes da execução do objeto.

e) Formalização da minuta contratual e aprovação jurídica

A minuta contratual deverá ser submetida à análise da assessoria jurídica, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de:

- verificar legalidade e conformidade com o edital e a proposta vencedora;
- assegurar adequada distribuição de riscos entre as partes;
- resguardar o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

f) Planejamento do controle operacional do fornecimento

Antes da assinatura contratual, deverá ser estruturado o fluxo interno de controle da execução, contemplando:

- definição dos responsáveis pelo acompanhamento das ordens de fornecimento;
- estabelecimento de critérios objetivos para conferência dos bens entregues, incluindo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- ✓ correspondência entre itens entregues e especificações contratadas;
 - ✓ verificação de prazos, quantidades e condições de funcionamento;
 - ✓ conferência documental e fiscal da execução;
- manutenção de registros administrativos que assegurem rastreabilidade, transparência e controle patrimonial dos bens incorporados.

16. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DE CONTRATO

Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento dos bens permanentes, de forma contínua e sistemática, verificando o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato administrativo, cabendo-lhe, no mínimo:

- verificar se os bens entregues correspondem exatamente às especificações técnicas, marca, modelo, características dimensionais, capacidade, potência, desempenho e demais requisitos definidos no instrumento convocatório e no contrato;
- conferir as quantidades entregues, integridade física, estado de conservação, funcionamento adequado e conformidade com as descrições constantes na proposta vencedora;
- verificar a existência de certificações obrigatórias (quando aplicável), tais como INMETRO, selo de eficiência energética ou normas técnicas pertinentes;
- conferir a apresentação de manuais, termos de garantia, notas fiscais, identificação de fabricante e número de série (quando aplicável);
- acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos contratualmente;
- registrar formalmente quaisquer não conformidades, avarias, divergências técnicas ou falhas identificadas no ato da entrega;
- comunicar formalmente à contratada a ocorrência de irregularidades, solicitando correção, substituição ou complementação dos bens, quando necessário;
- atestar o recebimento provisório e definitivo somente após a verificação da plena conformidade com as condições pactuadas;
- manter registros administrativos das ordens de fornecimento, notas fiscais, termos de recebimento, garantias e demais documentos relacionados à execução contratual;
- subsidiar o gestor do contrato quanto à adoção de medidas corretivas e eventual aplicação de penalidades, quando cabível, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

As atividades de fiscalização deverão ser exercidas em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público, assegurando a adequada execução contratual, a conformidade técnica dos bens adquiridos e a proteção do erário municipal.

17. DA FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação encontra-se devidamente amparada por recursos orçamentários previstos para o exercício financeiro de 2026, conforme Certidão Orçamentária emitida pelo Setor de Contabilidade do Município de Ourém/PA, referente à Aquisição de materiais permanentes em geral, bem como mobiliários e eletrônicos, custeados com recursos oriundos da Transferência Especial – Emenda Parlamentar nº 202543560002, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social.

Os recursos estão consignados na seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 0909 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 08 245 0053 2.061 – Manutenção do Programa Piso Básico de Proteção Social – SPAIF (CRAS)

Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recursos: 16610000

Unidade Orçamentária: 08 245 0053 2.063 – Manutenção do Piso Básico Especial – CREAS

Classificação Econômica: 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

Fonte de Recursos: 16600000

Conforme consta na Certidão Orçamentária datada de 19 de fevereiro de 2026, há previsão orçamentária suficiente para a realização da despesa pretendida, observando-se a classificação como despesa de capital, por se tratar de aquisição de materiais permanentes.

18.IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação, destinada à aquisição de bens permanentes (mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais), não se enquadra como atividade de impacto ambiental direto relevante. Entretanto, reconhece-se que todo ciclo de vida desses bens — fabricação, transporte, uso e descarte — pode gerar impactos ambientais indiretos, que devem ser gerenciados mediante práticas de sustentabilidade e controle na execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

18.1. Principais impactos ambientais associados ao objeto

Os impactos potenciais mais relevantes são:

- Consumo de recursos naturais na fabricação (metais, plásticos, madeira, componentes eletrônicos e insumos industriais);
- Geração de resíduos sólidos, especialmente embalagens (papelão, isopor, filmes plásticos, pallets e acessórios);
- Consumo de energia elétrica durante a vida útil, principalmente em eletrodomésticos, climatização e equipamentos eletrônicos;
- Resíduos eletroeletrônicos (REEE) ao final da vida útil (computadores, nobreaks, projetores, estabilizadores e componentes), os quais exigem destinação adequada;
- Emissões associadas ao transporte e logística, sobretudo em entregas fracionadas e deslocamentos repetidos.

18.2. Medidas mitigadoras aplicáveis à contratação

Para mitigação dos impactos identificados, deverão ser observadas as seguintes medidas, compatíveis com o objeto:

a) Eficiência e durabilidade como critério de sustentabilidade

A Administração priorizará bens com maior durabilidade e resistência ao uso institucional, reduzindo a necessidade de reposições frequentes, bem como equipamentos com melhor eficiência energética quando aplicável, especialmente:

- eletrodomésticos e equipamentos que operem continuamente;
- equipamentos eletrônicos com consumo relevante de energia.

b) Controle de resíduos e embalagens

Serão adotadas medidas voltadas à redução e destinação adequada de resíduos gerados pelas entregas, com atenção à gestão de:

- embalagens plásticas e papelão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- isopor, filmes e proteções;
- pallets e materiais de acondicionamento.

c) Logística reversa e destinação ambientalmente adequada

Para itens eletroeletrônicos e seus componentes, observar-se-á a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), especialmente quanto à logística reversa e destinação ambientalmente adequada quando aplicável, evitando descarte irregular.

d) Redução de deslocamentos e entregas desnecessárias

Sempre que tecnicamente viável, será incentivada a organização logística para minimizar entregas fracionadas, reduzindo consumo de combustível e emissões associadas ao transporte.

18.3. Pontos de atenção à Administração e aos servidores responsáveis (gestor/fiscal/almoхарifado/patrimônio)

Para garantir efetividade das medidas, deverão ser observadas as seguintes cautelas operacionais:

- Conferir e registrar as embalagens e resíduos gerados por entrega, orientando a destinação correta;
- Evitar recebimento de itens fora de especificação, pois devoluções aumentam deslocamentos, emissões e desperdício de materiais;
- Exigir manuais, termos de garantia e identificação (marca, modelo, nº de série), pois isso facilita manutenção, prolonga vida útil e reduz descarte prematuro;
- Promover armazenamento adequado no almoxarifado, prevenindo danos por umidade, empilhamento inadequado ou exposição, o que evita perdas e substituições desnecessárias;
- Acionar o setor de patrimônio para incorporação e rastreabilidade, reduzindo extravios e reposições;
- Adotar rotinas de uso racional de energia nos equipamentos (desligamento programado, uso adequado de nobreak, manutenção preventiva), reduzindo consumo e desgaste.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

18.4. Pontos de atenção à empresa fornecedora

A contratada deverá adotar condutas compatíveis com boas práticas ambientais e com a execução eficiente do contrato, especialmente:

- Entregar bens novos, com maior durabilidade, evitando produtos de baixa qualidade que gerem substituição precoce;
- Utilizar embalagens adequadas, evitando excesso desnecessário e garantindo proteção sem desperdício;
- Priorizar materiais recicláveis nas embalagens sempre que possível;
- Garantir que equipamentos elétricos/eletrônicos atendam normas e certificações exigíveis (quando aplicável), reduzindo risco de descarte por irregularidade;
- Organizar a logística de entrega para reduzir entregas repetidas por falhas, trocas ou desconformidades;
- Responsabilizar-se pela retirada e substituição de itens rejeitados, bem como pelo recolhimento de materiais danificados, evitando descarte inadequado no município.

18.5. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que os impactos ambientais associados à presente contratação são indiretos, previsíveis e controláveis, podendo ser mitigados por medidas operacionais simples e efetivas. O cumprimento das cautelas pela Administração e pela contratada contribui para redução de resíduos, aumento da vida útil dos bens, racionalização do consumo de energia e destinação ambientalmente adequada dos materiais, alinhando a contratação ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021.

19. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para fins de planejamento e adequada instrução processual, foi realizada análise quanto à existência de contratações correlatas ou interdependentes à presente aquisição de bens permanentes, compreendendo mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais.

Verificou-se que o objeto possui natureza autônoma, não estando condicionado à celebração prévia de outro contrato para sua plena execução. Trata-se de aquisição de bens de uso institucional destinados



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

à estruturação administrativa, cujo fornecimento pode ocorrer de forma independente, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

Todavia, registra-se que, após a incorporação patrimonial dos bens, poderão existir atividades correlatas de natureza operacional, tais como:

- organização física dos ambientes administrativos;
- eventual adequação de layout interno das unidades;
- instalação elétrica compatível para equipamentos eletrônicos, quando aplicável;
- configuração básica de equipamentos de informática, sob responsabilidade interna ou conforme previsão contratual.

Tais atividades, entretanto, não configuram contratações interdependentes, mas sim medidas administrativas complementares à utilização regular dos bens adquiridos.

Ressalta-se que não há necessidade de contratação integrada, vinculada ou condicionada a outros processos licitatórios para que a presente aquisição produza seus efeitos administrativos, estando o objeto plenamente apto à execução de forma autônoma.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação não depende de outro ajuste contratual para sua viabilidade, inexistindo contratações interdependentes que comprometam sua execução, mantendo-se a regularidade do planejamento e a conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade.

20. MAPA DE RISCO

Em atendimento ao princípio do planejamento e da gestão preventiva de riscos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise dos principais riscos associados à presente contratação, considerando as fases de planejamento, seleção do fornecedor e execução contratual.

20.1. Tabela de Identificação e Tratamento de Riscos

Nº	Risco Identificado	Fase	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas / Mitigadoras
1	Especificações técnicas insuficientes ou imprecisas	Planejamento	Média	Alto	Médio/Alto	Revisão detalhada do TR; validação técnica prévia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

						segmentação adequada dos itens
2	Pesquisa de preços inadequada ou desatualizada	Planejamento	Baixa/Média	Alto	Médio	Pesquisa em múltiplas fontes; análise comparativa com TCM/PA; justificativa técnica
3	Fracasso ou itens desertos no certame	Licitação	Média	Médio	Médio	Estruturação por segmento; exigências proporcionais; ampla divulgação
4	Impugnação ao edital por exigência excessiva	Licitação	Média	Médio	Médio	Fundamentação técnica das exigências (20% por segmento); justificativa no ETP
5	Atraso na entrega dos bens	Execução	Média	Médio/Alto	Médio	Fixação de prazo claro (10 dias); cláusula de penalidade; fiscalização ativa
6	Entrega de bens em desconformidade	Execução	Média	Alto	Alto	Conferência rigorosa pelo fiscal; cláusula de substituição em 8 dias
7	Danos durante transporte	Execução	Média	Médio	Médio	Responsabilidade de integral da contratada; exigência de embalagem adequada
8	Baixa qualidade ou durabilidade dos bens	Execução	Baixa/Média	Alto	Médio	Exigência de produtos novos; certificações; garantia mínima
9	Problemas na incorporação patrimonial	Pós-entrega	Baixa	Médio	Baixo/Médio	Identificação por número de série; comunicação ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

						setor de patrimônio
10	Descarte ambiental inadequado de embalagens	Execução	Baixa	Baixo/Médio	Baixo	Orientação de destinação adequada; responsabilidade da contratada

20.2. Análise Técnica do Mapa de Riscos

A análise demonstra que os riscos de maior impacto se concentram na fase de execução contratual, especialmente quanto à possibilidade de entrega em desconformidade ou atraso no fornecimento. Tais riscos foram classificados como de impacto relevante por poderem comprometer a continuidade das atividades administrativas.

Entretanto, verifica-se que todos os riscos identificados são controláveis e mitigáveis mediante:

- planejamento adequado das especificações técnicas;
- exigências proporcionais de qualificação técnica por segmento;
- cláusulas claras de prazo e substituição;
- fiscalização ativa e registro formal das ocorrências;
- responsabilização contratual objetiva da fornecedora.

Destaca-se que a adoção da segmentação dos itens, aliada à exigência de atestado correspondente a 20% por segmento, reduz significativamente o risco de contratação de empresa sem capacidade operacional mínima.

Do ponto de vista jurídico e administrativo, o nível geral de risco do processo é classificado como controlável e compatível com a natureza do objeto, não havendo impedimentos que comprometam a viabilidade da contratação.

A implementação das medidas preventivas descritas assegura maior segurança jurídica, eficiência na execução e proteção ao erário municipal.

21. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao planejamento estratégico e orçamentário do Município, estando compatível com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

(PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), especialmente no que se refere ao fortalecimento da estrutura administrativa, melhoria da prestação dos serviços públicos e aprimoramento das condições físicas e operacionais das unidades municipais.

A aquisição de bens permanentes visa atender necessidades formalmente identificadas nos Documentos de Formalização da Demanda (DFD) apresentados pelas Secretarias demandantes, os quais evidenciam a necessidade de estruturação, substituição de bens obsoletos, ampliação de capacidade de atendimento e adequação dos ambientes administrativos, assistenciais e institucionais.

Os itens previstos, compreendendo mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos de informática e equipamentos audiovisuais, destinam-se à melhoria das condições de trabalho dos servidores, ao atendimento adequado ao público e ao fortalecimento das atividades finalísticas das Secretarias, contribuindo para maior eficiência administrativa e qualidade na prestação dos serviços públicos.

A contratação observa, ainda, a compatibilidade com a disponibilidade orçamentária e com a fonte de recursos prevista para sua execução, encontrando-se devidamente amparada nas dotações específicas consignadas no orçamento vigente.

Dessa forma, conclui-se que a presente contratação está plenamente integrada ao planejamento municipal, havendo coerência entre a necessidade identificada, a previsão orçamentária, a fonte de recursos e a estratégia administrativa de execução, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

22. RESPONSABILIDADE DE ELABORAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela equipe técnica competente da Administração Municipal e respectiva Assessoria especializada em Licitações e Contratos, no âmbito da Coordenadoria de Contratações, com a participação das Secretarias demandantes, responsáveis pelo fornecimento das informações técnicas e justificativas que fundamentam a necessidade da contratação.

A consolidação das informações, análise de viabilidade, definição de requisitos, estimativas, avaliação de riscos e demais elementos técnicos foram realizados pela equipe de planejamento da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

As Secretarias demandantes responsabilizam-se pela veracidade das informações prestadas nos Documentos de Formalização da Demanda (DFD), bem como pela compatibilidade da contratação com suas necessidades institucionais e disponibilidade orçamentária, cabendo à área de contratações a estruturação técnica do procedimento.

23. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, atestando sua conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

Declaro, de forma expressa, que a contratação pretendida se revela viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, encontrando-se devidamente justificada com base nos elementos, análises e fundamentos constantes neste documento, os quais evidenciam a necessidade da contratação, a adequação da solução escolhida e sua compatibilidade com o planejamento da Administração Pública.

Ourém/PA, 26 de fevereiro de 2026

Elaborado por:

MARIA EDUARDA MARTINS DA SILVA
Focus Assessoria Técnica – T DO S M DA SILVA
Planejamento de Licitações

Responsável pelas cotações de preços:

LUAHGATA PINHEIRO FERREIRA
Diretora de Departamento de Compras
Matrícula: 144784-0
Coordenadoria de Contratações